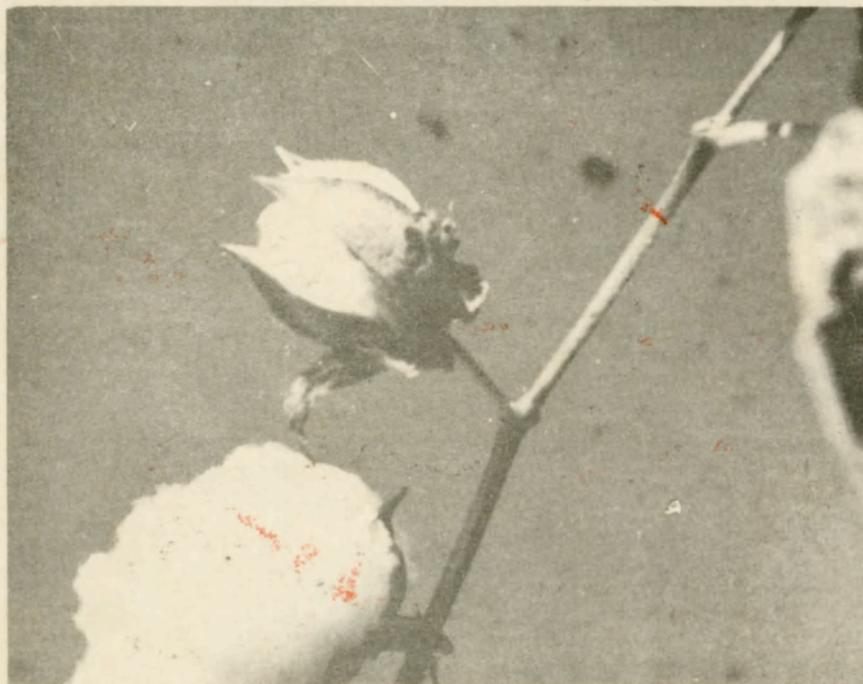


a meta do BDRN é colocar o estado no mesmo ritmo de progresso do Brasil



Financiando a indústria, o comércio e a agro-pecuária, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) trabalha para colocar o Estado nos mesmos caminhos de progresso do Brasil. Se você acredita no futuro do Rio Grande do Norte, você tem um sócio no BDRN.

B.D.R.N.



banco de desenvolvimento
do rio grande do norte

DE CAPA

RN-ECONOMICO



O sal disputou com a lagosta a capa deste número de RN-ECONOMICO. A arte determinou a vitória da lagosta, como se vê. Mas o sal prossegue sendo um caso sério: 4.330 pessoas vivem a ameaça do desemprego em Macau

Indice

REPORTAGENS

ICM
Procura-se uma saída.....6

LAGOSTA
O ato e os fatos..10

MACAU
Viagem à terra do sal.....16

FINANCIAMENTO
A vez do sisal....24

MUNICIPALISMO
Municípios de todo RN: uni-vos.....26

CIMPARN
Uma companhia para o campo.....28

TAXI
Inflação em quatro rodas.....32

ESPORTE AMADOR
Um sacrifício quase inútil.....35

SEÇÕES

HOMENS E EMPRESAS 4

MERCADO DE CAPITALIS 15

CARTAS 38

ARTIGO

OSIRIS PINHEIRO
Estado e Justiça do Trabalho.....23



"Nao existe guerra da lagosta; há sim uma legítima defesa do que é nosso e aplicação da Lei" - afirma o sr. Ney Lopes de Souza, Secretário de Governo e Justiça do RN.



Antenor Madruga é agora presidente da Companhia de Implantação de Projetos Agrários - CIMPARN. Esta Companhia estará movimentando 30 milhões de cruzeiros a fim de criar 12 vilas rurais.



O atual prefeito de Goianinha, Manoel Otoni, foi eleito presidente da Associação Norte-Riograndense de Municípios. Ele pede: "Municípios de todo RN; uni-vos."

RN-ECONOMICO

DIRETOR - MARCOS AURELIO DE SA

Gerente - JOSÉ AMARAL
Redator-Chefe - JORGE BATISTA
Redatores - ADESON FRANÇA, ALBIMAR FURTADO, DOMÍCIO ARRUDA CAMARA, EMANUEL NERI, HÉLIO CAVALCANTI, JOÃO BATISTA MACHADO, JOÃO GUALBERTO, JOMAR JOSÉ, LUIZ CORTEZ, PÚBLIO JOSÉ, SEBASTIÃO CARVALHO
Fotografias - GARCIA DE LUCENA, DANI COPER

Ilustração - LINDBERG
Diagramação - MOACIR DE OLIVEIRA
Arte - AILTON PAULINO
Contatos Comerciais - HILNETH CORREIA, NAIDE BELO, ROBERTO FREIRE
Serviço de Assinaturas - LINO GUERRA, MARCIA MARIA DE SA
Colaboradores - ALVAMAR FURTADO, ANTONIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ, BENIVALDO AZEVEDO, CORTEZ PEREIRA, DALTON MELO, DOMINGOS GOMES DE LIMA, EDGAR MONTENEGRO, EPITÁCIO ANDRADE, FABIANO VERAS, FERNANDO PAIVA, GENÁRIO FONSECA, HÉLIO ARAUJO, JOANILSON DE PAULA REGO, JOÃO DE DEUS COSTA, JOÃO WILSON MENDES MELO, JOMAR ALECRIM, LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO, MANOEL LEÃO FILHO, MARIO MOACIR PORTO, MOACIR DUARTE, NEY LOPES DE SOUZA, NIVALDO MONTE, OTTO DE BRITO GUERRA, SEVERINO RAMOS DE BRITO, TULIO FERNANDES FILHO, UBIRATAN GALVÃO

RN-ECONOMICO, revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros, é de propriedade da EDITORA RN-ECONOMICO LTDA, CGC/MF 08423279, Rua Princesa Isabel, 570, Edifício Bahía, Cidade Alta, Fone 26.90, Natal-RN, impressa na GRAFICA OFF SET, Av. Rio Branco 325, Natal-RN. Preço do exemplar: Cr\$3,50. Número atrasado: Cr\$4,00. Assinatura anual Cr\$40,00.



HOMENS



Mario Moacir Porto

■ MARIO PORTO

Mário Moacir Porto, diretor-presidente da Mineração Tomaz Salustino S/A (12a. empresa de mineração que mais exporta no Brasil) recebeu convite do ministro das Minas e Energia para tomar parte numa comissão de estudos que oferecerá ao governo federal subsídios para fixação de uma política mais agressiva de exportação de minérios.

■ FÁBRICA DE CIMENTO

Já em pleno funcionamento, em caráter experimental, a fábrica de cimento de Mossoró, empreendimento do grupo João Santos.

■ EDITORA RN-ECONÔMICO

O jornalista Marcos Aurélio de Sá passou a ser o único diretor da Editora RN-ECONÔMICO. Ele acaba de adquirir as quotas dos outros diretores Marcelo Fernandes de Oliveira e Cassiano Arruda Câmara, ficando com o total domínio da empresa. A Editora RN-ECONÔMICO mantém em circulação, há três anos, esta revista. A partir de agora, ingressará também no ramo publicitário e editará outras publicações especializadas, notadamente em assuntos econômico-financeiros e educacionais.



■ ERNANI SILVEIRA

Ernani Silveira, ex-prefeito de Natal, satisfeito com o resultado das vendas de ações da SITEX S/A (Art.14) que vêm sendo realizadas em todo país pela KEY CORRETORA. A esta altura, in forma Ernani que a sua corretora já negociou quase 1,2 milhão de ações da SITEX. Em Natal, a KEY está instalada na galeria do Edifício Barão do Rio Branco.



Alonso Bezerra Filho

■ A. B. CORRETORA

A.B. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários já está devidamente autorizada pela SUDENE a fazer captação de recursos dos artigos 34/18. Alonso Bezerra Filho (foto) anuncia que com esta nova área de atuação, surgem novas perspectivas para a sua corretora.

■ PESCA DE LAGOSTA

O cel. Paulo Barreto Viana, um dos diretores do consórcio NORA LAGE (salinas Henrique Lage), está iniciando a ampliação da sua empresa de pesca - NORDESTE DE PESCA LTDA. - que nos próximos dias será transformada em sociedade anônima e terá o seu capital elevado de Cr\$200 mil para 3,5 milhões de cruzeiros. A NORPESA, empresa pioneira de pesca, está situada em Areia Branca e goza de benefícios fiscais, podendo deduzir do seu ICM 60% para investimentos, vantagem esta que só terminará dentro de mais três anos.

■ PESCA DE CAMARÃO

Entusiasmado com as perspectivas da exploração do camarão, o cel. Paulo Barreto Viana planeja aproveitar, em Areia Branca, uma área de 100 hectares de terras próximas ao mar e que não servem para salinas, para construir viveiros para criação de camarão. Baseado em estudos de um técnico de Santa Catarina, e também em experiência que já teve oportunidade de executar, acredita o cel. Paulo Barreto Viana que obterá uma produção de camarão, por hectare, ao ano, de 5 toneladas. O camarão é um produto que, como a lagosta, tem penetração assegurada no mercado externo, a preços compensados.

■ FUNDO TÊXTIL

O economista João de Deus Costa, Diretor Industrial do Banco de Desenvolvimento, está ultimando a regulamentação do Fundo Têxtil do Rio Grande do Norte, que visa dar incentivos concretos aos empresários que se decidirem a implantar no Estado empresas voltadas para o setor têxtil. O plano inicial, já apresentado ao Ministro Delfim Neto, recebeu sua aprovação integral. Haverá sensível modificação no conflitante e discutido problema de isenção do ICM.

■ ASPIRADOR GIGANTE

Os postos 1002, 1003 e 1004, depois de lançar com absoluto sucesso o Cartão de crédito CREDIPOSTO, acabam de adquirir modernos aspiradores de pó gigantes, que em questão de segundos deixam limpos os interiores dos veículos dos seus clientes. Os postos associados ao sistema CREDIPOSTO trabalham com os produtos ATLANTIC, de qualidade superior.



Silvio Mendes

■ SILVIO MENDES

A Indústria de Móveis SILVAN, hoje a maior empresa do ramo no Nordeste aumentará nos próximos meses a sua produção de móveis de qualidade, através da ampliação das instalações da sua fábrica em mais 500 metros quadrados e da compra de novas máquinas. Informa Silvio Mendes que sua indústria não vem podendo atender ao volume de pedidos que recebe diariamente das principais cidades brasileiras. Por outro lado, a Indústria de Móveis SILVAN tem recebido quase todos os fins de semana a visita de pessoas procedentes de Natal e de Fortaleza, que vão até Mossoró ver o funcionamento da fábrica, encomendar móveis exclusivos e escolher inclusive as variedades de madeiras para tais móveis.



■ NEWTON PESSOA DE PAULA

Newton Pessoa de Paula, diretor da NIPPASA - primeiro projeto agro-pecuário a dar lucro no Rio Grande do Norte - foi convidado para presidir a ILNASA (Indústria de Laticínios de Natal), mas não aceitou. Alegou que não pode se ausentar da direção da sua própria empresa e disse que se a ILNASA ficar sob a presidência de Vinício Garcia Freire, ficará muito bem. Como se sabe, o Governo do Estado, através do Banco de Desenvolvimento, adquiriu o controle acionário da usina pasteurizadora e pretende solucionar em definitivo o grave problema de abastecimento do leite em Natal.



Walter Duarte Pereira

■ WALTER PEREIRA - 25 ANOS

A organização Walter Pereira S/A que compõe hoje o maior complexo de livrarias, papelaria e editoria do Rio Grande do Norte, acaba de comemorar 25 anos de atuação comercial. Para marcar a data, Walter Duarte Pereira, principal acionista da empresa, lançou o álbum turístico da cidade de Natal, numa excelente impressão a cores e com texto de Newton Navarro. O lançamento ocorreu no Hotel dos Reis Magos, com a presença das mais destacadas personalidades do Estado, incluindo o Governador Cortez Pereira.

■ POOL SALINEIRO

As grandes indústrias salineiras de Macau (HENRIQUE LAGE, CIRNE e MATARAZZO) unirão, dentro em breve, os serviços de comercialização de suas empresas, objetivando reduzir os custos de embarque do sal e, ao mesmo tempo, se fortalecer no relacionamento com os grandes compradores do produto no mercado interno. Esse "pool" vai, inclusive, servir de estrutura para - quando chegar a hora - as indústrias salineiras de Macau ingressarem no mercado externo, para valer.

■ DOIS MILHÕES DE QUILOMETROS

A frota de veículos da COSERN, no ano de 1971, rodou nada menos do que 2,3 milhões de quilômetros, consumindo 500 mil litros de gasolina e óleo diesel. Atualmente, a COSERN - maior empresa do Rio Grande do Norte - tem 75 veículos, dos quais 52 comprados este ano, incluindo 10 caminhões dotados de equipamento MUNK (guindaste com capacidade de levantar 600 quilogramas).

■ VILAS RURAIS

Já em fase de implantação as vilas rurais que o governo do Estado, através da CIMPARN, vai colocar em funcionamento, oferecendo trabalho para duas mil famílias da zona salineira, atingidas pelo desemprego que resultou da mecanização das salinas de Macau e Areia Branca. O governador Cortez Pereira assistiu o início dos trabalhos de desmatamento da imensa área situada entre as serras do Mel e do Carmo, onde ficarão localizadas as vilas rurais.

■ DUMAR EM MACAIBA

Está definitivamente acertada a instalação da DUMAR - Indústria Nacional de Alimentos S/A (carnes de siri, caranguejo e ostra), no município de Macaíba. Já foi adquirido o terreno (3 hectares) logo na entrada daquela cidade.

■ FUSÃO ATINGIRÁ AS BOLSAS

Agora se fala em fusão das bolsas de valores brasileiras. O Banco Central fez reuniões a semana passada com os novos presidentes das Bolsas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Espera-se para esta semana a unificação destas duas entidades do mercado de capitais. Acreditam os técnicos que assim o mercado de capitais, voltará ao normal. As baixas veem desde setembro do ano passado ininterruptamente.

■ 34/18: SISTEMÁTICA IRÁ MUDAR

Comenta-se, com segurança, que o superintendente da Sudene encaminhou ao Presidente da República 3 sugestões a fim de mudar a sistemática de captação dos incentivos fiscais 34/18. O plano que mais impressionará as autoridades federais é o que estabelece que os incentivos fiscais só poderão ser captados por Corretoras, Distribuidoras e Bancos de Investimentos. Estes encaminharão os recursos à Sudene. Por sua vez a Sudene determinará ao Banco do Nordeste os cronogramas de execuções de cada empresa. Estas terão os recursos liberados pelo Banco do Nordeste a juros de 7% ao ano. As comissões dos captadores serão pagas diretamente pela Sudene. Vamos ver se assim melhorará...

■ FIAT EM NATAL

A Comercial Wandick Lopes conseguiu a representação dos tratores Fiat. Antes negociava com Valmet. Houve demonstração de tratores na Feira dos Municípios recentemente instalada no pátio da Escola Industrial.

■ BANDERN - 10 MILHÕES

Em Assembléia Geral Extraordinária sob a presidência do Governador CORTEZ PEREIRA, o Banco do Rio Grande do Norte aumentou o seu capital de 3 para 10 milhões de cruzeiros. Osmundo Faria, Presidente do BANDERN, considera este aumento de capital um dos passos mais importantes para que o Banco oficial se torne um instrumento poderoso de apoio à política de desenvolvimento que se implanta no Estado.



Cortez visitou vilas rurais

Fernando Paiva



■ LUCRO DE SETECENTOS MIL

A APERN encerrou o primeiro semestre com um lucro líquido de 700 mil cruzeiros. Fernando Paiva, Administrador Geral da Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte considera muito bom esse resultado, uma vez que o lucro de todo o exercício de 1971 atingiu apenas 900 mil. As perspectivas de lucros da APERN, para este ano, são as mais otimistas. Diz ainda Fernando Paiva que o segundo semestre em curso possibilitará lucros acima de Cr\$1.000.000,00.

■ SORIEDEM NA NOVA FÁBRICA

Garibaldi Medeiros, Diretor Presidente de SORIEDEM S/A CONFECÇÕES, acaba de regressar de viagem de negócios pela Europa. Em escritório dirigido à direção da EDITORA RN-ECONÔMICO LTDA. ele comunicou esta semana que a sua indústria já mudou-se para as novas instalações, situadas à Av. Salgado Filho.

Essa mudança acarretará aumento de produtividade, a curto prazo. As Confecções SORIEDEM são as mais disputadas no mercado regional e o volume de pedidos recebidos pela fábrica sempre foi maior do que a sua capacidade de produção.

■ BRENO VENDERÁ CORRETORA

A Corretora Barros, com instalações luxuosas na João Pessoa, está sendo vendida ao Banco Big-Univest. As negociações estão bastante adiantadas.

■ GUARARAPES AUMENTA

A Indústria Guararapes inicia a construção de mais um galpão. Este para a fabricação, somente, de calças fundamentando o aumento de produção neste setor. A Guararapes além de ser a maior fabricante de camisas do Brasil pretende, dentro em breve, ser uma das maiores em calças também.

■ ALONSO LANÇA "BANDEIRANTES"

A CONTRAL - empresa construtora do grupo Alonso Bezerra - lançou um novo empreendimento imobiliário: o conjunto residencial BANDEIRANTES, com 17 unidades financiadas pela APERN. O lançamento do conjunto BANDEIRANTES ocorreu em fins de julho, com presença do alto mundo de negócios em Natal.



TELMO BARRETO:
a solução de que
precisamos
é para já



ICM

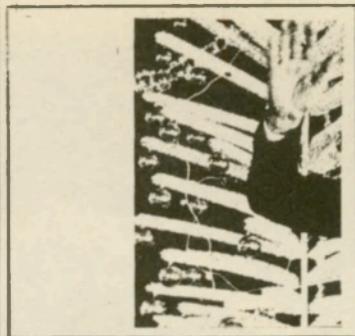
PROCURA-SE UMA SAÍDA

A extinção da isenção fiscal concedida pelos governos estaduais a indústrias implantadas nas áreas domésticas, cria, particularmente no Rio Grande do Norte um problema que afeta em grandes proporções a indústrias de confecções (ver RN-ECONÔMICO nº 35). Sabido que no Rio Grande do Norte existe hoje um dos mais importantes parques industriais de vestuário de todo o País, sabido também que foi graças à isenção do ICM que as empresas conseguiram se expandir (hoje elas estão em fase de realocização e ampliação), fácil é se concluir que, com a extinção do incentivo, as coisas podem *desaguar*.

É de pessimismo a situação entre os diretores das chamadas *pequenas* indústrias de confecções de Natal (*Soriedem, Contê, Reis Magos e Suçar*) que, ao contrário da Guararapes - já seguramente incluída entre as mais sólidas

empresas do País - vêm no fim da isenção do ICM o início de uma época de duvidosas possibilidades de sobrevivência.

O ICM deixará de ser dado graciosamente pelos governos estaduais a empresas industriais a partir de 1º de janeiro de 1973. Os meses que nos separam do início de validade dessa determinação do Ministério da Fazenda - há sanções prescritas para os governos que não a observarem - é, no seu médio prazo, tempo suficiente para que as empresas se preocupem bastante: todas estão com projetos aprovados pela SUDENE, construindo novas instalações, ampliando capacidade de produção e investindo muito, no fim das contas. A benesse do imposto que agora terá que ser desembolsado, vai representar simplesmente prejuízo, principalmente por causa dos compromissos assumidos com os planos de expansão. ▣



DELFIN NETO:
até quando irá perdurar o futuro de incertezas?

O FIM DA ISENÇÃO NO RN ATINGE DIRETAMENTE AS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES. VÁRIAS PODERÃO FECHAR.

No entanto, essa mesma situação poderá ser a salvação para a *Soriedem, a Contê, a Reis Magos e a Sucar*: se por causa dos compromissos assumidos com a expansão elas não puderam perder os incentivos - essa seria a hora em que mais deles precisariam - pela mesma razão poderão continuar gozando de isenção fiscal, dada pelo governo do Estado, sem que seja ferida a determinação do Ministro Delfim Neto.

Explica-se: extinta a isenção do ICM, os governos estaduais podem continuar concedendo a empresas em *implantação* o abatimento de 60% do tributo, que seriam depositados em conta específica de Dedução para Investimento. As empresas nascentes pagariam apenas 40% das taxas devidas sobre as vendas interestaduais.

Mas, argumenta-se, as fábricas natalenses não estão se implantando, todas já existem e, por isto não poderão se beneficiar da troca de Compensação Financeira (isenção) pela Dedução para Investimento (recolhimento de 40%).

Ocorre, no entanto que, como todas as leis, essa também tem suas sutilezas. E é para este detalhe que os empresários atentam, chamando a atenção do Governador Cortez Pereira, a quem cabe por isto mesmo a decisão final sobre o assunto.

Em documento enviado ao governador, os diretores das quatro empresas ponderam que o fato de estarem reimplantadas, ampliadas e recolocadas, as suas fábricas podem ser consideradas "empresas em implantação", para o fim da consecução da Dedução de Imposto Para Investimento.

A TESE DAS CONFECÇÕES

A situação é um tanto ou quanto confusa ou melindrosa e somente a boa vontade do governo do Estado poderá resolvê-la. O Secretário da Fazenda, sr. Augusto Carlos Viveiros, em recente entrevista a RN-ECONÔMICO (nº 35-abril/72), dizia que "o governo tem interesse em estudar profundamente o problema para que as indústrias que hoje gozam da isenção do ICM não tenham prejuízo com a proibição desse incentivo, mas em compensação também consigam se engajar na fileira dos contribuintes". O que a *Soriedem, a Contê, a Reis Magos e a Sucar* pretendem é justamente isto. A sutileza da lei que permite a Redução Para Investimento foi transformada numa realidade crua e num documento realístico, preparado pela *INDUPLAN* e entregue ao governador Cortez Pereira, que o está estudando. Aceitos os argumentos do documento, as fábricas de confecções natalenses começarão a pagar os tributos dos quais estavam isentas há tempos e o Estado começará a ter entre os seus contribuintes algumas *pessoas jurídicas* que desde que existem nunca ou muito pouco recolheram tributos aos cofres públicos. Um muito pouco ou quase nada que, até agora não entregues ao erário estadual, só tem dado para cobrir encargos naturais da própria mecanização dos sistemas operacionais.

Sabe-se que a proporção do ICM que as fábricas não pagam ao governo, se escoia no custo do

transporte, na compra de matéria prima, na venda do produto final (2%) e em encargos financeiros diversos (8%) - ou seja, 10% só no preço da venda do produto. É aquela história do lojista do Estado do sul, que importa a maior parte da produção de confecções de Natal, não quer pagar o transporte da mercadoria, porque tem artigos idênticos (em fato, talvez não em qualidade) na sua porta. Então o transporte tem sido feito pelas fábricas daqui que não podem deixar de vender aquilo que produzem.

PALAVRAS DOS DIRETORES

Para os diretores das chamadas *pequenas* indústrias natalenses de confecções a maior discrepância da aplicação da legenda Dedução para Investimento - redução de 40% do ICM devido - é poder levá-los a uma derrocada porque, mesmo conseguindo ser colocados no rol das *indústrias em implantação*, capazes de gozar dos benefícios da nova lei, não têm condições de concorrer com outras que estão se implantando na área do Nordeste. Para o sr. Antonio José Sucar Neto, diretor presidente das *Confecções Sucar*, a sua e as outras *pequenas* indústrias, que estão às portas de se transformarem em *grandes*, por conta dos incentivos da SUDENE, realocação, ampliação, etc., não vão poder sobreviver, porque o tempo que tiveram entre a implantação inicial e a saída para as atuais modificações, foi pouco ou insuficiente para que criassem uma estrutura capaz de concorrer com as que estão se implantando agora. Essas são geralmente empresas oriundas de grupos já fortificados pela atuação mesmo na área textil ou em



**Venha buscar aqui
aquela estabilidade que v. tanto
procura na vida.**

Venha buscar o Fuscão.

E já no primeiro dia de trabalho, ele dará a v. uma estabilidade que nem por decreto alguém vai conseguir tirar de suas mãos. Esse direito é adquirido por uma barra estabilizadora na frente, outra barra compensadora atrás e bitola mais larga nas rodas traseiras.

Talvez v. nunca precise de toda a estabilidade que o Fuscão oferece.

Mesmo assim, é bom saber que ela foi duramente testada pela Volkswagen.

E agora que ela está aqui na nossa loja, nós vamos dividi-la para v. em prestações.

Conheça nossos planos.

Ao comprar a sua, v. estará levando também economia, valor de revenda, assistência técnica em todo o território nacional etc.

MARPAS S/A

AV. TAVARES DE LIRA, 159.



REVENDEDOR
AUTORIZADO



As chamadas "pequenas" indústrias de confecções do RN não poderão resistir ao corte dos incentivos fiscais

outros ramos industriais. O que não ocorreu com nenhuma das empresas natalenses, que nasceram da simples mudança de ramo das atividades dos seus sócios (RN-ECONÔMICO nº 31 - novembro/dezembro de 1971). Ele acha mesmo que uma pequena empresa, transformada numa média, atualmente, sem a isenção do ICM não terá lucros compensadores para subsistir, no mínimo nos próximos 10 anos de trabalho.

INCENTIVO DIFERENCIADO

O sr. Nevaldo Rocha, diretor presidente das *Confecções Guararapes* - uma empresa para quem a isenção do ICM representa muito pouco, em termos de problemas imediatos, dada justamente a sua boa situação no mercado interno e até externo - tem uma idéia ou uma sugestão para a política fiscal, que adotada pelo governo federal poderia solucionar a questão. Para ele (RN-ECONÔMICO nº 35 - abril/72) seria mais lógico o governo partir para o incentivo diferenciado com aplicação em todo o país.

- "Isso se faria partindo do entendimento de que, quanto mais para o interior fosse a indústria, menor carga tributária lhe seria aplicada".

Não importando de onde pudesse chegar o incentivo: se de deduções permitidas no ICM, se de deduções autorizadas pelo IPI - acrescenta ele.

PROBLEMA É A PRÁTICA

Todos os dirigentes das chamadas pequenas indústrias de confecções do Estado reconhecem na sugestão de Nevaldo Rocha uma exequibilidade "temerária ou impossível".

- "É uma boa medida, ideal para a nossa situação atual, mas em termos nacionais tanto ou quanto difícil de ser posta em prática".

A opinião é ainda do sr. Antonio José Sucar Neto, que atenta para o

fato da idéia do sr. Nevaldo Rocha implicar em modificação da política financeira nacional - o que não é tão fácil de ser conseguido com simples idéias regionais. Do mesmo ponto-de-vista é o sr. Telmo Barreto, das *Confecções Contê*:

- "Acho muito certo o que Nevaldo Rocha propõe. Um país tão grande como o nosso não pode, certamente, ter taxas iguais de tributação para todas as regiões. Mas essa idéia se torna inexequível quando pensamos que a solução que precisamos é para já, e algo assim demandaria estudos e muito mais tempo para se implantar".

PODE SER O FIM DE TUDO

As pequenas fábricas natalenses de confecções esperam a redação final do documento através do qual o governo do Estado poderá apresentar uma solução para o problema. E enquanto essa redação final não se completa, todos são unânimes num ponto de vista: a isenção deve continuar existindo, agora.

- "O Rio Grande do Norte não pode se desenvolver sem isenção de impostos" - diz Antonio Sucar. "Principalmente em virtude da concorrência competitiva das indústrias do sul, que têm tudo à porta, matéria prima, principalmente. Em nosso Estado só agora estamos despertando para a realidade industrial. Creio ser justamente esta a época de se incentivar".

Para Telmo Barreto, "a extinção dos incentivos fiscais - ou da isenção do ICM - representa a extinção da indústria natalense de confecções".

O mesmo ponto de vista tem o sr. João Batista Nogueira, diretor administrativo das *Confecções Soriedem*:

- "A extinção dos benefícios fiscais dados até agora pelo governo do Estado representa realmente o fim de tudo. É pra se fechar as portas. Não temos poder para

concorrer com as empresas do sul e até com algumas da região, já bem fundamentadas. A única que pode ficar em pé, no Rio Grande do Norte, é a *Guararapes*".

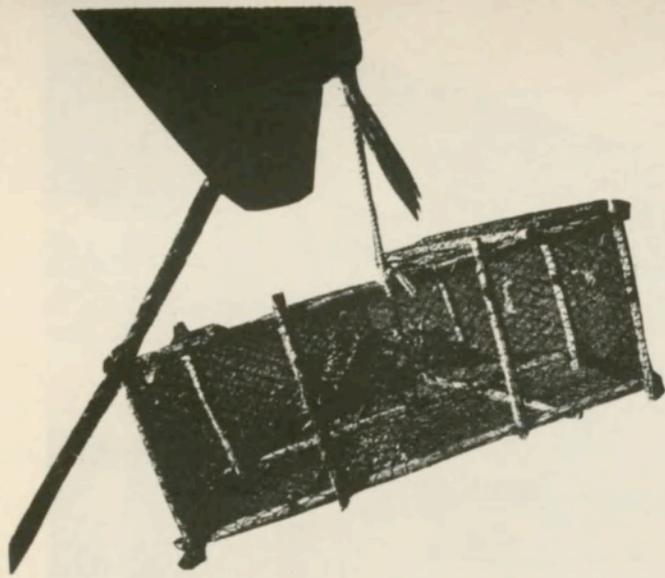
Ele acentua que a situação é difícil porque "ainda estamos praticamente em implantação. O que fizemos até agora foi o começo que estamos tentando continuar. E só conseguimos chegar ao que somos por causa da isenção que, conquanto não representasse muita coisa, dava para fazer face aos encargos financeiros. No caso da *Soriedem*: todo dinheiro que dispomos enterramos lá".

EM TEMPO DE EXPECTATIVA

E assim o assunto fica: deixando na expectativa as pequenas indústrias de confecções, que são as mais atingidas pela quebra da concessão da isenção do ICM. Foram elas as que partiram mais desassombradamente para a ampliação de suas capacidades instaladas, no afa de dar ao Rio Grande do Norte o título de maior parque de indústrias de confecções do País.

Cinquenta e sete indústrias diversas do nosso Estado gozam da isenção do ICM. Mas apenas as cinco de confecções tiveram força suficiente para transformar a questão do fim das isenções num problema profundo. Algodão, mármore, fiação, cimento, sisal, refrigerantes, óleos vegetais, pescado, estruturas, cortume, açúcar, alimentos, leite, papéis, postes, rações, inseticidas, cutelaria, impressos, sal - uma extensa agenda de indústrias no Rio Grande do Norte goza dos benefícios de 50% dos recolhimentos do Imposto sobre Circulação de Mercadoria, como Compensação Financeira.

O destino das cinquenta e duas desligadas do ramo de confecções talvez não seja tão negro, como parece o das *Confecções Contê*, *Soriedem*, *Reis Magos*, *Sucar e Guararapes* - esta, em menor escala - 9



LAGOSTA

O ATO E OS FATOS

O assunto ganhou repercussão nacional. Jornais e revistas de todo Brasil abriram para ele manchetes de caixa-alta. E, convenhamos, o tema traz consigo - em verdade - aquele tempero de notícia-bomba: *estaria declarada uma nova guerra da lagosta*. O detonador de tudo teria sido uma decisão do governo do Rio Grande do Norte - "um decreto", dizem os jornais - cujo conteúdo pode ser colocado numa curta expressão: *a lagosta é nossa*. Pois bem. RN-ECONÔMICO procura agora levantar tudo quanto há *de fato e de direito* sobre a questão, a fim de esclarecer a realidade desta "guerra".

EIS OS ANTECEDENTES - Existe uma coisa que as estatísticas oficiais nunca revelaram: o Rio Grande do Norte é responsável por 92% da produção nacional de lagosta, sendo portanto o maior exportador do produto. Como? - O desajuste da estatística estava em que, até há pouco, toda a nossa exportação lagosteira era feita através dos portos de Fortaleza, Cabedelo e Recife. Assim, esses Estados registravam como suas aquelas transações e o Rio Grande do Norte ficava com zero, tanto nas estatísticas quanto na arrecadação dos impostos devidos. Tal situação recolocava portanto na ordem do dia um velho "x": a questão da

RN-Econômico

10. concorrência entre Estados

vizinhos.

DAÍ A DECISÃO - Então, depois de suspense e de debates, deu-se a oficialização de um ato concreto: o Rio Grande do Norte resolveu aplicar mecanismos fiscais, visando garantir que a lagosta capturada em suas águas seja uma fonte de receita para o próprio Estado, e não uma carreadora de riqueza para vizinhos. A deliberação norte-riograndense encontra-se na *Instrução 02/72*, da Secretaria da Fazenda do RN, que dispõe sobre a cobrança do ICM, e que está em vigência desde 14 de junho último. Tal Instrução oferece "esclarecimento aos interessados e especialmente aos senhores funcionários fiscais e arrecadadores do Estado sobre aspectos da incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias quanto à lagosta". Daí por diante, toda lagosta *in natura* que sair do Estado recebe a incidência de 14% de ICM, sendo considerada mercadoria pura e simples - posto que não passa aqui por nenhum processo de industrialização. Em outros termos, agora a isenção do imposto somente se dará quando o produto houver recebido no Estado, pelo menos, "processo constante de congelamento (vitrificação), extirpação da cabeça e das víceras, e quando já entre acondicionada em embalagem para exportação".

FALA O GOVERNADOR - Afirma o governador Cortez Pereira que "nossa posição é irredutível e toda lagosta que sair do Rio Grande do

NOVA GUERRA DA LAGOSTA

o Rio Grande do Norte foi um submisso, m... rico primo-pobre, vindo vários dos se... e aumentar a renda de outro...

repete. Felizmente, entretant... conformismo, e, por... finalme... ssos interes... lagoata, lan... do

BATALHA DA GUERRA QUE

Disse o Governador que medidas como... serão tomadas toda vez que estiver em... este... tomadas... LAGOSTA e...
 não tendo topado entrar numa guer... guerra da lagosta, o Rio Grande... apenas de uma batalha, t... destruir u...
 O governador afirmou que sua decisão é, antes de... a economia do Estado. Acrescentou em seguida... rio Potengi possibilitaram a entrada de nav...
 O contra-ataque da... um mandato de segur... ministro Delfim Neto... com este decreto, val prej... Só duas perguntas aos... vés do porto de Natal? Por... de bonzinho, cada vez mais p...



quem é?

Norte terá que fazer o câmbio através da CACEX, na agência do Banco do Brasil, em Natal. Temos uma costa privilegiada e um porto em condições de receber grandes navios para conduzir nossos produtos de exportação; depois que foi feita a dragagem e que aportamos o Hope, não se pode mais duvidar dessas condições".

FALA A JUSTIÇA - E o secretário de Governo e Justiça do RN, sr. Ney Lopes de Souza, apresenta sua tese: O governador Cortez Pereira, enfrentando o problema da lagosta, quebra tabus incrustados nos hábitos comerciais do pequeno Rio Grande do Norte e mostra ao Brasil até quanto é possível um Estado pobre lutar pelos seus interesses, sem emocionalismo, mas antes com argumentos jurídicos irreversíveis e consentâneos com o direito positivo. Não há "guerra da lagosta", mas sim o Rio Grande do Norte exerce o seu direito de legítima defesa".

FALA A FISCALIZAÇÃO - De outro lado o diretor do Departamento de Fiscalização do Estado, sr. Paulo Saraiva, explica: "Nosso setor já está suficientemente aparelhado, e estamos nos aparelhando ainda mais para fazer uma fiscalização mais técnica e mais racional. Temos realizado inúmeros estudos de nossa realidade tributária: este problema mesmo da lagosta e os prejuízos que ele antes acarretava para o Estado, surgiu de observações do Departamento... Estamos desenvolvendo uma estrutura que possibilite

uma fiscalização eficaz, tanto no caso da lagosta quanto no de outros produtos".

Esta a realidade: e por conta da Instrução 02/72 calcula-se que o Rio Grande do Norte terá sua arrecadação aumentada em 200 mil anuais - valor este antes evadido para outros Estados.

ONDE AS REAÇÕES? - Jornais de Recife divulgaram que a Associação Brasileira de Exportadores de Lagosta (ASBEL) estaria se rebelando ante a medida, inclusive prometendo impetrar mandado de segurança e enviar memorial a Delfim

Neto contra o governo do Rio Grande do Norte". E foram além os jornais: disseram que também os governadores Ernani Sâtiro, da Paraíba, e Eraldo Gueiros, de Pernambuco, teriam se manifestado indignados com o governo potiguar.

Mas onde fica a verdade?

- Quanto à reação da ASBEL, quem depois veio a público esclarecer a coisa foi o sr. Luiz Brito Passos, presidente da entidade, que em nota oficial desmentiu a "notícia publicada por um jornal de Recife, pois nunca autorizamos tal declaração". E sobre a hipotética "indignação" dos governadores da Paraíba e Pernambuco, foi o próprio governador Cortez Pereira, do Rio Grande do Norte, quem tranquilizou: "...nao haverá problemas nesse sentido, porque conheço de perto o procedimento destes governantes, e sei que compreenderão nossa atitude".

ANTES PELO CONTRÁRIO - Estas e outras posições oficiais, portanto, parecem situar a questão da lagosta num plano diferente daquele talvez pressentido - e temido - por muitos. Tudo indica que o ato do governador norte-riograndense não servirá de nenhum estopim para o que se poderia chamar de uma nova guerra da lagosta - desta feita uma guerra entre vizinhos. Antes pelo contrário: passando as coisas a limpo, o que se verifica nesses primeiros dois meses de vigência da Instrução 02/72 é que o governo cada vez mais vê fortalecido seu ato, pois as adesões surgem uma atrás da outra.

José Fernandes, presidente da Associação Comercial do RN, considera que "a medida deve ser tomada não só para a lagosta, mas também para outros produtos de exportação".

O presidente da Federação das Indústrias - FIERN -, sr. Expedito Amorim, acha "a providência acertadíssima e bastante necessária ao Estado, mesmo sem entrar no mérito jurídico da questão". O gerente do Banco do Brasil em Natal, sr. Otávio Ribeiro Dantas, disse estar "vivamente impressionado com a atuação do governo e julga

serem as medidas relativas à lagosta não só do interesse da economia do Estado, como dos próprios exportadores do Rio Grande do Norte". Também a Capitania dos Portos do RN, por intermédio de seu comandante, sr. Humberto Bertola de Almeida, assegura que "nesse caso, como sempre vem usando, a Capitania colocará em prática o seu poder moderador no sentido de fazer com que seja cumprida a decisão do governo. Nossa função - acrescenta - é defender os interesses do Rio Grande do Norte, fazendo com que os exportadores, no caso os lagosteiros, cumpram a determinação baixada". Confirma ainda o diretor do Departamento de Fiscalização da Fazenda Estadual: "Foram realizadas duas reuniões, convocadas pelo professor Augusto Carlos, às quais compareceram os lagosteiros norte-riograndenses e todos apoiaram os termos da Instrução 02/72".

A LEI GARANTE - O aspecto jurídico parece garantir a validade da expressão potiguar: "A lagosta é nossa". Com efeito, o sr. Ney Lopes, secretário de Governo e Justiça do RN, argumenta:

"O Governo do RGN não declarou guerra fiscal a ninguém. Apenas mandou cumprir o decreto 5735, de 12 de abril de 1972, que regulamenta a Lei 4035, de 15 de dezembro de 1971. A Instrução nº 02/72 esclarece aspectos pertinentes à incidência do ICM nas transações de lagosta. A base jurídica incontestável é a seguinte: o decreto lei 406, de 31 de dezembro de 1968, no art. 1º define como *fato gerador* do ICM "a saída de mercadorias do estabelecimento comercial, industrial ou produtor". Estabelece a não incidência nas saídas de produtos industrializados destinados ao exterior e outras hipóteses. A legislação estadual corrobora a regra federal, ampliando a não incidência nas remessas às empresas comerciais que operem no comércio de exportação e armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros (art. 14, inciso I, letras b e c do decreto 5735)".

EM LEGÍTIMA DEFESA - Prosseguindo na sua tese, o sr. Ney Lopes esclarece a *onda* da chamada "guerra da lagosta": "Não há guerra. Sim "legítima defesa" do que é nosso e aplicação da lei já existente. Não saiu nada de novo para regular a matéria, ao contrário do que se noticia. Apenas o corpo de leis em vigor está sendo aplicado. Pretende-se conduzir o raciocínio jurídico para o campo de que o governo do Estado estaria interferindo em área que não é de sua *competência*, isto é, deter o desaparecimento da lagosta. ■



NEY LOPES

**— NÃO EXISTE
GUERRA.
TRATA-SE DE
UMA LEGÍTIMA
DEFESA
BASEADA NA LEI**

L'AGOSTA

XIQUE-XIQUE

uma forma de cortesia
ou um
cartão de visitas

XIQUEXIQUE rest-bar.

Um pouco de bar, um muito

de restaurante.

Cortesia, bom gosto,

requisite. É um cartão de

visitas da cidade. Um lugar

para levar a família. Imagem

e semelhança da hospitalidade

potiguar.



XIQUE-XIQUE rest-bar

um pouco de bar, um muito de restaurante

Evidentemente, que a legislação sobre esse assunto é de *competência* exclusiva da União (art. 89, inciso XVII, letra h, da Constituição Federal). Na espécie, não houve, como foi dito, nenhuma lei ou decreto do governador Cortez Pereira, específico sobre lagosta. Sua Excelência mandou cumprir a lei fiscal que não agasalha isenção para transações de lagosta entre os Estados, definindo, tão somente a não incidência do ICM nas exportações de produtos industrializados. Quem desejar beneficiar-se deve então exportar pelo Rio Grande do Norte".

SOBRE O FATO GERADOR - Quanto a uma declaração publicada pela revista "Veja", segundo a qual a lagosta não pode ser batizada de rio-grandense, porque "ela é migratória", o Secretário faz a seguinte retificação: "Não se trata de batizar a lagosta de norte-riograndense, mas sim de esclarecer *fato gerador* de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). Não se trata de deter o desaparecimento da lagosta, descabendo, portanto, a indagação jurídica sobre quem seria competente (se o Estado ou a União). O *fato gerador* é aquele que dá origem à obrigação tributária (arts. 114-118 do Código Tributário Nacional). A lei tributária, indicando uma determinada situação econômico-social como típica, dar lugar ao nascimento da obrigação tributária, caracterizando a natureza jurídica do tributo (art. 49 do C.T.N.).

FISCALIZAÇÃO ATENTA - "O nosso Departamento de Fiscalização acha-se atento e dispõe já de uma aparelhagem - a qual está sendo especializada ainda mais -, a fim de cumprir suas funções gerais e enfrentar questões particularmente exigentes, como esta do fisco sobre a lagosta" - quem assegura é o sr. Paulo Saraiva, diretor do órgão.

Paulo Saraiva, 33 anos, bacharel em Direito, tomou posse naquele Departamento em março passado. Sua principal preocupação atual: "Desenvolver a organização e os métodos da fiscalização no Rio Grande do Norte, garantindo ao Estado uma melhor relação com os contribuintes e, afinal de contas, uma melhor arrecadação".

DIVIDIR PARA ADMINISTRAR - Nesse sentido, desde abril - pelo menos - as modificações começaram a ser introduzidas no setor sob a chefia de Paulo Saraiva, sendo que a nova mentalidade administrativa anunciou-se com a Portaria nº 14, de 26.4.72. Esta Portaria traz alguns *considerandos* que ainda continuam de pé: -"Considerando a necessidade de implementar medidas administrativas de caráter provisório e que

possibilitem a curto prazo uma maior dinamização no trabalho de fiscalização;

- "Considerando que a fiscalização da Capital necessita urgentemente de uma nova estruturação que venha facilitar a mobilização do pessoal dentro de um esquema de atribuições e deslocamento racionais;

- "Considerando que a mobilização tem por escopo aglutinar a ação fiscalizadora de modo a que se diminua a evasão tributária, possibilitando com estas medidas contribuir para uma melhor ação arrecadadora;

- "Considerando que determinadas medidas, tendo em vista a organização da fiscalização na Capital, serão imprescindíveis para que toda ação de fiscalização não seja feita sob a forma de improvisação, acarretando os problemas oriundos de uma ação não planejada racionalmente!" A partir desses pontos Paulo Saraiva, perfeitamente entrosado com o Secretário Augusto Carlos (-"Entendo-me otimamente com o professor, com quem, aliás, trabalho há sete anos"), dividiu a cidade de Natal em quatro zonas fiscais, cada uma delas subdivididas em dez subdistritos, tudo "tendo em vista a maior eficácia operacional do Departamento".

FISCAL & CONTRIBUINTE - Existe ainda um ponto que, mesmo não constando da citada Portaria, é apresentado pelo Diretor do Departamento de Fiscalização com grande ênfase:

- "Queremos as melhores relações possíveis entre os fiscais e os contribuintes. Hoje, o fiscal não pode mais ser entendido como *procurador do rei*. O fiscal moderno é um amigo do contribuinte, que lhe leva contribuição e orientação. De outro lado, os impostos devem ser e estão sendo compreendidos como uma *obrigação social*. e não como uma usurpação sem sentido do Estado".

Assim agindo, o diretor Paulo Saraiva afirma que o sistema de fiscalização do Estado "está apto para cumprir seu papel, também quanto ao caso da lagosta, cuja taxaço deverá trazer para os cofres do RN cerca de mais 200.000 cruzeiros anuais". Em sua prudência, Paulo discorda então do que vem sendo divulgado quanto ao cálculo do aumento da receita: "A imprensa falou em 300.000 cruzeiros, mas prefiro ficar nos 200.000; e não podemos por enquanto anunciar qual o índice percentual deste aumento em relação ao total da arrecadação do Estado, pois este total, exatamente, só iremos conhecer ao fim do exercício".



PAULO SARAIVA

**TANTO A JUSTIÇA
QUANTO A
FISCALIZAÇÃO
GARANTEM:
- A LAGOSTA
É NOSSA**

L'AGOSTA



ABELARDO BEZERRA

(Esta parte final da reportagem foi escrita antes da Instrução 02/72. Texto: Jomar José)

Quando no dia 4 de maio passado, no porto do Recife, 4 mil libras de cauda de lagosta do Rio Grande do Norte eram embarcadas num navio frigorífico para os Estados Unidos, em nome da Frinape, sorrisos irônicos e algumas piadas foram ouvidos pelo diretor da empresa natalense de seus colegas pernambucanos e paraibanos. Naquele mesmo dia, no mesmo navio, empresas lagosteiras desses Estados (muitas atuantes no RN) exportavam de 50 mil a 130 mil libras do produto. E os extremos verificados entre as exportações dessas empresas e a da recém-criada indústria natalense bem que se tornaram motivos para desdêns. Mas para o jovem diretor da Frigorífico Natal

Pesca Ltda., Eider Correia de Paiva, acima de tudo estava o sabor de uma vitória, a marca de um pioneirismo. Naquele dia, a Frinape se tornava a primeira empresa potiguar a beneficiar e exportar a lagosta capturada no litoral nordestino. Embora, para isso, tenha se desviado um pouco de seu plano inicial, inclusive se desfazendo do seu frigorífico - que não chegou a funcionar - para cobrir despesas inesperadas, para as quais os financiamentos de órgãos de crédito não chegaram, por falta de garantias. No dia 12 de junho a exportação teve continuidade, com o envio de mais 3 500 libras para Nova Iorque. A Frinape, então, passou a anunciar nos jornais: "agora a lagosta no Rio Grande do Norte está sendo exportada por empresa do Rio Grande do Norte".

DEPOIS DA PRESSÃO

Em setembro do ano passado - época em que a Frigorífico Natal Pesca Ltda., estava se formando e lutava por um financiamento do Bandern - o seu idealizador e fundador, Abelardo Bezerra de Melo (delegado Fiscal do Estado), disse ao número 29 de RN-ECONÔMICO: "As principais indústrias de Estados vizinhos, que operam em Natal deixam patentes as suas capacidades financeiras e o domínio completo que exercem

sobre a nossa lagosta". E a afirmação - reforçada por alguns fatos como, por exemplo, a repreensão do empresário a pequenos lagosteiros do RN que pensarem em, por conta própria, beneficiar e exportar a lagosta e o baixo preço, de \$14,00 o quilo, pelo qual era adquirido o produto para ser vendido ao exterior por \$45,00 - causou pânico nos escritórios das empresas de fora aqui sediadas. Do Recife vieram diretores para se entender com o sr. Abelardo de Melo. Foram feitas contestações públicas às declarações do delegado fiscal (apesar da ausência de dados nas contestações) e até o repórter de RN-ECONÔMICO foi tratado com indiferença no escritório da Norte-Pesca, que comandou a reação das demais empresas lagosteiras. Prometendo ao repórter um desmentido escrito, empresários pernambucanos logo desistiram da idéia. Mas acusaram o Governo do Estado de não recebê-los bem, reivindicando o direito de contar com todas as concessões porque "também somos brasileiros". Falou-se ainda em pressionar a Frinape que, há oito meses, iniciava os contatos com o exterior visando exportações. Se as pressões vieram ou não, o sr. Bezerra de Melo não quis confirmar ou desmentir. Agora, porém, pelo menos no lado que não é oculto, há apenas sarcasmo e

descrença que não tem chegado a causar desânimo.

OS CONTATOS

Sem poder atender as exigências das entidades de crédito, oficiais e particulares, o idealizador da Frinape resolveu apelar para algum grupo estrangeiro que pudesse lhe emprestar 25 mil dólares.

Chamou um intérprete e, pelo telefone falou com os diretores da "Empress", a firma que hoje está importando a lagosta da Frinape.

A ligação custou \$186,00, mas valeu um empréstimo de 25 mil dólares, sem avalista e - diz Abelardo - "sem eles nunca me terem visto". Em menos de 15 dias o dinheiro foi recebido em Natal e a Empresa passou a exportar.

Atualmente a Frinape recebe por cada libra (450 gramas) de cauda de lagosta, na hora do embarque, 2 dólares. Isso porque, sendo a lagosta uma mercadoria perecível, só depois de feita a liquidação pela "Empress" - que armazena e distribui o produto em Nova Iorque - e que se pode ter certeza da lucratividade. Isso num prazo de 90 dias.

No mercado internacional o preço da lagosta é considerado excelente. Nos Estados Unidos, um quilo esta custando em torno de \$48,00. E, ponderando sobre essa oportunidade do mercado, os diretores da Natal Frigorífico reclamam contra a captura indisciplinada que, segundo eles, continua sendo feita no litoral do Rio Grande do Norte,

apesar das providências anunciadas pela Sudepe.

ABRINDO PORTAS

No ano passado, Pernambuco exportou 1 milhão e 700 mil libras de lagosta, e o Ceará, 4 milhões e 300 mil libras. Nesse período, o Rio Grande do Norte teve 90% das exportações feitas pelo porto do Recife e 30% das exportações feitas pelo porto de Fortaleza. Contudo, o RN não figurou nas estatísticas como Estado exportador, pois a sua produção foi exportada através de empresas de Estados vizinhos.

A Frinape, mesmo sendo a primeira empresa nordestino do ramo, continua exportando pelo porto do Recife. Motivo: os navios frigoríficos não vêm até Natal. Mas a exportação de lagosta por indústrias potiguares vem abrir muitas portas antes fechadas e, por isso, os diretores da Frinape estão pretendendo solicitar a intervenção do Governo do Estado, no sentido de trazer, com regularidade, ao porto de Natal, navios frigoríficos. Esses navios são mistos e poderao levar para os Estados Unidos outros produtos do Estado, inclusive algodão e sal, enquanto reduzirão os custos da exportação de lagosta, aumentados com os fretes do transporte rodoviário Natal-Recife. Entretanto, enquanto a medida não é adotada, a Frinape vai continuar atuando com os seus 15 barcos médios, na praia de Caiçara ■



COMO ENTENDER A CRISE

SEBASTIÃO CARVALHO

A situação do Mercado de Capitais está, nos últimos dias, sofrendo influência de setores extra-mercado que atuam negativamente nas cotações, apavorando - em particular - os pequenos investidores geralmente mal informados quanto aos nuances do sistema. Tal situação ocasionou, em fins de junho, a queda de cotação dos principais papéis brasileiros, os chamados blue chips, como os da Cia. Vale do Rio Doce, do Banco do Nordeste, da Petrobrás PN, do Banco do Brasil ou da Belgo-Mineira.

Naquela época, a suspensão das assembleias destas cinco grandes empresas aumentou o nervosismo e o clima de incerteza tomou conta de todos, parecendo até que o próprio governo estava hesitando quanto a uma tomada de posição frente ao Mercado.

Mas a lógica e o bom senso dos homens intimamente ligados ao sistema determinam que o aconselhável em casos desta natureza (embora aquele período tenha sido o mais negativo, no corrente ano) é a "manutenção das posições atuais". Concomitantemente, não se deve dar ouvidos aos especuladores, que geralmente apenas se utilizam da fragilidade emocional dos pequenos investidores, espalhando boatos que tomam corpo.

APÓS A QUEDA, A ASCENSÃO

O corretor Manoel Macedo, da Servcred - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio de Natal acha que o "momento é mais do que nunca para se confiar e aguardar". Lembra ele que "as empresas que não publicaram balanço, mesmo as não oficiais, estão com reservas de bonificação as melhores possíveis. E essas reservas não irão para ninguém, a não ser que os que nela investirem".

Entende Manoel Macedo que "se hoje papéis de grandes empresas estão em baixa, e estão baratos, isto é sinal de que vão subir brevemente. Só podem chegar a valer mais, principalmente porque hoje custam pouco. Se estivessem caro, a tendência era baixar e não subir de preço". Do que ele concluiu: "A época para se comprar é justamente esta. Quem confia no Mercado e entende seu mecanismo, vai ganhar dinheiro".

É BOM TRABALHAR EM SILÊNCIO

Para os entendedores das mutações do Mercado de Capitais os momentos de baixas bruscas ou variações inopinadas são oportunidades para se silenciar. Não se deve falar muito, porque qualquer palavra pode ferir mais ainda a situação.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte, corretor Breno Fernandes

Barros, apresenta opinião idêntica:

"Não há razão para se temer. O lógico é aguardar. O que está havendo, sempre houve e sempre haverá. O Mercado de Capitais é um sistema que vive justamente de oscilações de preços, para poder manter a mercadoria em evidência. As grandes empresas que distribuem bonificações e/ou filhotes após seus balanços não são a única esperança do Mercado reagir. Principalmente porque acho que está tudo normal e não existe nada que possa vir conturbar o sistema. Hoje o investidor se acha psicologicamente afetado de maneira negativa, mas dentro em breve pode haver o repique e a influência psicológica voltará a ser positiva".

HÁ MAIS DINHEIRO DO QUE PAPÉIS

Sempre se considerou ponto pacífico, no Mercado de Capitais no Brasil, que entre nós há mais dinheiro para aplicar do que papéis para comprar. Essa verdade foi tornada mais palpável nas análises que se em junho de 1970, quando se sentiu que o problema básico das Bolsas de Valores era a estreiteza de papéis. Do que, logicamente, surgia a supervalorização de determinadas ações, em detrimento da queda vertiginosa dos preços de outras.

Em 1971 já havia uma lista oficial de papéis muito mais volumosa e sobretudo as grandes Bolsas (Rio e São Paulo) já podiam oferecer algumas dezenas de títulos aos investidores.

Manoel Macedo concorda plenamente com essa verdade:

"Posso garantir que, pelo menos na minha corretora, o melhor momento para comprar papéis é aquele em que se verifica a queda de preços. Porque sempre incuti na mente dos meus clientes que e nessas ocasiões que se deve investir".

Mas ele não deixa de lembrar que "o que dá sempre maior rentabilidade são realmente as ações de liquidez tranquila. O Mercado Primário, este está atravessando um período de vacas magras. Assim como os Fundos Mutuos. Mas isto é outro assunto".

LUCRO PODE DEMORAR, MAS VEM

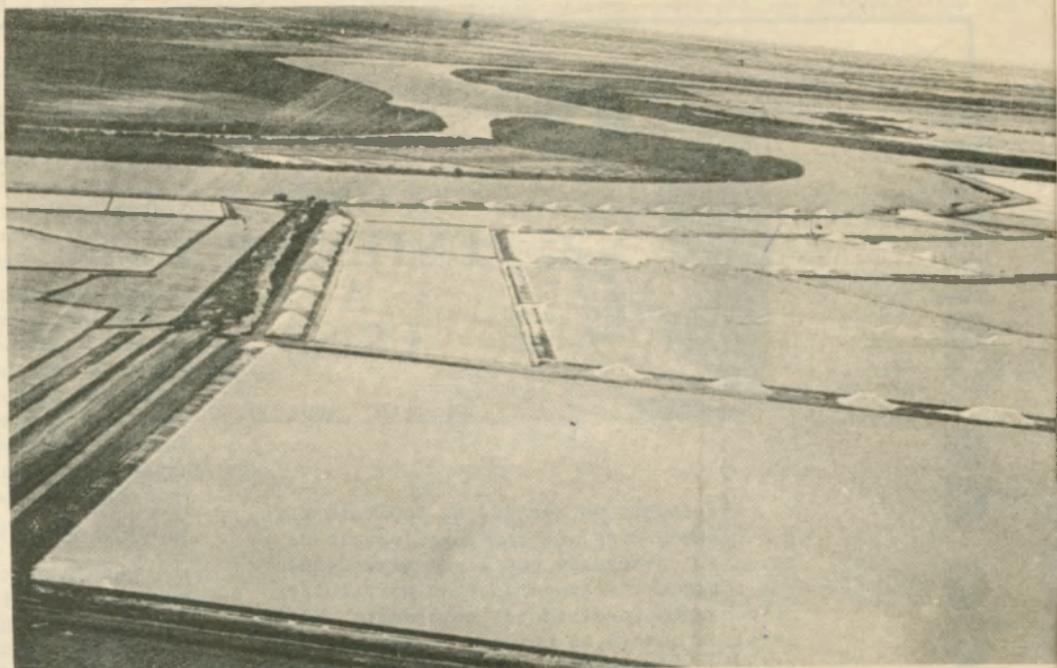
Se quisermos tomar o ano civil de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1971 como um espaço de tempo para colocar o movimento da Bolsa em ponto de ser analisado, veremos que foi nessa época que o sistema mais movimentou dinheiro no Brasil.

As Bolsas do Rio e São Paulo, juntas, movimentaram naquele período Cr\$25,5 bilhões - isto é, mais do que 5 bilhões de dólares. Cada uma das duas Bolsas tiveram, nesse período, movimento seis vezes maior do que no ano anterior que, por sua vez, já tinha sido considerado um ano excelente.

"Considerando-se coisas assim, e sabendo-se do empenho do próprio governo em manter o sistema das Bolsas como um dos pilares da nossa rotatividade monetária, não podemos acreditar em possibilidades negativas para o sistema" - diz Manoel Macedo. "O que se deve fazer é por um freio nas especulações, a fim de que todos entendam de uma vez por todas que no Mercado de Capitais o lucro vem, mas a médio e longo prazo. Essa história de comprar ação hoje e amanhã estar com lucro dobrado, há muito que acabou, finaliza ■

VIAGEM À TERRA DO SAL

Por JORGE BATISTA



"Água enfrenta o sol lá na salina
água vira sal lá na salina/
Trabalhando o sal
eu amo o suor que me sai"

Milton Nascimento

Muito distante daquilo que se poderia chamar um *mar de rosas*; assim continua a conjuntura do sal. Mesmo que a situação tenha melhorado - um pouco - para algumas das partes envolvidas no ramo, o panorama geral revela-se para todos *mais ou menos* adverso.

Em Macau, cidade onde estive o reporter, a fim de sentir um tanto *ao vivo* a realidade concreta do problema, uma legenda-síntese parece ter lugar: "Estamos (ainda) no tempo do sal amargo".

Os grandes salineiros esperam fechar o atual exercício com um "pequeno saldo positivo"; é verdade. No entanto, as próprias leis do sistema indicam que esses empresários não podem se contentar com diminutas taxas de lucro, pois são exatamente elas que constituem fomento para sua perspectiva de expansão. Tem mais: o comércio mantém-se como um *ponto de estrangulamento*, e o transporte prossegue sendo um item crucial e restritivo da distribuição das grandes indústrias salineiras.

De outro lado, navegar em águas tranquilas, também os pequenos e médios salineiros ainda não navegam. Parte deles continua se ressentindo dos efeitos da *guerra de preços* dos últimos anos, cujo sal-

do, para eles, pouco ou nada de vantajoso deixou. Alguns tiveram mesmo de *passar o negócio para frente*, desligando-se de suas empresas. Daqui a pouco, pronto o terminal de Areia Branca, nova questão pode surgir: dizem que todos os produtores serão obrigados a colocar o sal nas esteiras mecanizadas do Porto - tipo de embarque que os pequenos e médios não teriam condições de fazer. Contudo, os pequenos e médios salineiros de Macau demonstram viver hoje uma fase de entusiasmo e esperança, dedicados que estão a construir e aparelhar uma Cooperativa, entidade em que creem já ter razões para confiar.

Mas - de resto - um problema mais grave que os anteriores se anuncia: cerca de 860 trabalhadores de Macau estão ameaçados de engrossar o rol de desempregados da cidade. É que o funcionamento do terminal irá dispensar a mão-de-obra dos atuais alvarengueiros, estivadores e conferentes. Em consequência, três sindicatos da classe poderão ser fechados, pois passariam a não ter mais ninguém para representar. Assim, às vésperas do possível pesadelo, mergulhados em mil interrogações, essas três categorias e seus quase 4.500 dependentes estão sem saber o que fazer.

SITUAÇÃO DOS GRANDES - A CIRNE - Companhia Industrial do Rio Grande do Norte, está entre as cinco maiores salineiras do Brasil.

Foi a CIRNE pioneira na adoção da mecanização, e é hoje a única

empresa do Nordeste a produzir sal refinado (40 mil toneladas/ano).

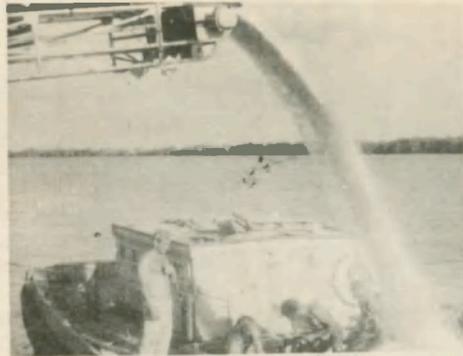
Em Macau, falamos com o sr. Manoel Casado, superintendente desta Companhia, e ele nos forneceu alguns dados interessantes:

"A CIRNE pretende produzir este ano cerca de 400 mil toneladas de sal grosso. Está se preparando para, a curto prazo, dobrar para 800 mil toneladas. Este curto prazo quer dizer uns dois anos, mais ou menos. E para dentro de quatro anos pensamos em atingir a um milhão de toneladas/ano".

No entanto, em 1971 a companhia estava - como agora - capacitada a produzir as 400 mil toneladas, e não passou das 250 mil. O sr. Casado explica porque: "... só não colhemos mais em 71 porque contávamos já com um estoque considerável e a demanda interna não cresceu a ponto de sugerir maior produção. Nosso estoque era e continua sendo volumoso: temos, agora, 272 mil toneladas de reserva".

E A EXPORTAÇÃO? E O PORTO? - Sobre o comércio internacional o sr. Casado afirma o seguinte:

"O Rio Grande do Norte, o Brasil, portanto, ainda não se encontra devidamente preparado para negociar o sal com o exterior. Espera-se que logo estaremos em condições de negociar nessa área, mas por enquanto ainda não. O principal elemento a entrar nossa exportação é o transporte entre a salina e o navio, que acarreta despesas insuportáveis para o fornecedor".



- Mas o Porto de Areia Branca servirá para eliminar o entrave, certo, senhor Casado?

- "Realmente o Porto irá contribuir bastante. Ele terminará com as longas estadias dos navios; muito dispendiosas por sinal. Porque no terminal iremos ter uma capacidade de carregamento de 1.000 toneladas/hora. Imagine: hoje gastamos 10 dias para carregar um navio de 10 mil toneladas - coisa que passaremos a fazer em apenas 10 horas... Mas existe um problema: o Porto-Ilha ficará a 22 km de Areia Branca e a 44 km de Macau. Macau ficou assim numa situação um tanto difícil. Isto não apenas pelo detalhe citado da distância, mas também devido ao previsto crescimento da produção salineira desta cidade. Macau visa atingir a 2 milhões de toneladas, enquanto que o Porto foi planejado para um milhão. De modo que urge estudar uma alternativa. Talvez seja o caso de se readaptar a estrada de ferro Natal-Macau, a fim de que nossa exportação possa se fazer via-Natal".

HOLANDESES & AMERICANOS - Depois o superintendente da CIRNE faz um rápido histórico da sua companhia:

"A Companhia Industrial do Rio Grande do Norte iniciou suas atividades com a Companhia de Comércio e Navegação - CCN. Foi a primeira a adotar o processo de mecanização, sendo atualmente a única salineira totalmente mecanizada, seja na colheita, seja no transporte, etc. Em fevereiro de 1971 o

consórcio AKZO (holandês) e International Salt Co. (norte-americano) adquiriu quase 90% do capital da CIRNE, bem como todo o parque salineiro da CCN".

Aliás a associação ao capital estrangeiro parece constituir forte tendência das grandes companhias salineiras do Rio Grande do Norte. Tudo começou quando a S/A Salineira do Nordeste - SOSAL - abriu caminho, em Mossoró, ao ser adquirida pelo grupo Morton, norte-americano. Hoje, entre todas as salineiras do Rio Grande do Norte, apenas uma - a Matarazzo - seria dominada pelo capital nacional. (Mas isto dá assunto para outra reportagem, noutra oportunidade).

SÓ UM "PEQUENO LUCRO" - Retomemos o diálogo com o sr. Manoel Casado para ele falar das perspectivas da CIRNE, dentro da atual conjuntura salineira: "Durante os últimos anos foi fato público e notório que o sal sujeitou-se a uma crise, cujas características foram também bastante divulgadas. E agora? Agora esperamos fechar o exercício com um pequeno saldo positivo, apenas com um pequeno lucro. Estamos aguardando. É isso".

A crise a que se refere o superintendente da CIRNE foi assim definida pelo sr. Carlos Câmara, diretor da Matarazzo, em artigo assinado para RN-ECONÔMICO (nº 23, de abril/71):

"A indústria salineira do Estado, é evidente, não está vivendo num mar de rosas. Uma série de fa-

tores de várias naturezas conduziram-na a uma situação de balanços anuais demonstrando prejuízos por parte das grandes e pequenas salineiras... a baixa eficiência operacional e gerencial, a precariedade do sistema de embarque e o enorme sub-consumo humano e animal são alguns desses fatores".

PONTO-DE-VISTA OFICIAL - Um estudo recentemente distribuído entre os salineiros pela Comissão Executiva do Sal, ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, procura focalizar a conjuntura do sal em 1971. Tiramos dele algumas informações possivelmente úteis à análise do presente:

- Em 71, a extração do sal marinho, que apresentava um ritmo de crescimento enquadrado na expansão industrial - taxa anual de 12% - causou um impacto negativo na economia brasileira ao apresentar uma queda de 19,1%: em 1970 foram produzidas 1.826.172,0 ton., caindo-se em 1971 para 1.476.864,4 ton. Diferença: 349.307,6 ton., ou 19,1%.

- Tal fato não apresentou maiores repercussões porque os estoques disponíveis garantiram o suprimento do mercado interno.

- A indústria salineira, egressa de um longo período de atividades, baseada nos contingenciamentos de transporte, de vendas e de produção, encontra dificuldades de adaptação ao estágio de crescimento acelerado porque passa a economia brasileira.

- O quadro de consumo de sal per-

mite identificar as potencialidades de expansão a curto prazo. São elas no setor industrial, primariamente na indústria química, ante os projetos de incremento existentes; no setor animal, face aos projetos agropecuários em desenvolvimento e onde novos consumidores poderão ser conquistados, desde que práticas mais agressivas de comercialização sejam desencadeadas.

ESTÁGIO DE TRANSIÇÃO - Observa mais a Comissão Executiva do Sal :

- A indústria salineira começa a perceber que vive um *estágio de transição* que vai exigir, cada vez mais, modificações estruturais capazes de garantir a sobrevivência da empresa no mercado.

- A queda de produção em 1971, tanto no maior Estado produtor - o Rio Grande do Norte -, quanto no conjunto nacional, teve seu *lado positivo* na tentativa de ajustamento ao mercado por parte do setor de produção, mas teve também o *lado negativo* expresso pelo efeito psicológico da propaganda de um *chavão* - a "superprodução de sal", originando um ambiente pessimista.

- Deve-se, contudo, considerar entre outros fatores - a deficiente organização das empresas, isto conjugado a problemas de atuação gerencial, na quase totalidade dos casos, com reflexos nas insuficiências de recursos monetários e nos montantes de respectivas vendas e produções.

- A *comercialização* do sal ainda se mantém como um *ponto de estrangulamento* e exige cuidados especiais, particularmente das empresas produtoras. É importante que cada empresa identifique o seu mercado, estude a forma de atingi-lo e, em consequência, a quantidade a produzir e as ações necessárias para vender.

- Para o setor de produção, o *transporte* permanece como o grande problema em busca de solução ou, pelo menos, de atenuação de seus efeitos como grande modificador dos custos, com sensível elevação dos preços de venda ao consumidor.

- O *transporte* por via marítima, responsável pelo maior volume e pelo fluxo de matéria-prima à indústria química, apresenta um elevado custo, aproximadamente cinco vezes ao da produção, em tonelada, e aumenta pois substancialmente o preço de venda aos consumidores. O seu elevado frete o torna *inacessível aos pequenos e médios* produtores, a menos que transfiram este ônus ao comprador.

- Os *estoques* cumprem um *papel positivo* de garantir o abastecimento interno, mas - do ponto de vista da empresa produtora - importa num ônus que *implica em*: imobilização de recursos monetários; exigência de maior capital de giro; diminuição da capacidade operacional; efeitos negativos para a pro-

SAL



CASADO: - SOMENTE AGORA É QUE TEREMOS UM PEQUENO LUCRO

dução do período subsequente.

O HOMEM DA SOLEDADE - Newton Ramalho, em sociedade com seu irmão Gilson, é proprietário e diretor de uma pequena salina em Macau. Sua firma, a *Salinas Soledade Ltda.* tem 6.500 toneladas de sal em estoque, mas - explica Newton - "isto para nós não constitui novidade, pois há vários anos que somos obrigados a ficarmos com capital empatado na mercadoria, ora por falta de mercado, ora por causa dos preços abaixo do custo".

Conta ainda o diretor da *Soledade* que todos os seus colegas pequenos e médios salineiros de Macau dispõem de maior ou menor estoque, pois "o comércio dos dois anos passados, ou quase três, foi dos piores que já enfrentamos... Tivemos aqui uma verdadeira guerra de preços, na base do cada um para si, Deus por todos. Vários colegas, em situação de aperto junto ao Banco do Brasil, não viam outra alternativa senão acatar as propostas dos *atravessadores*, cedendo suas mercadorias ao preço que desse e viesse, a fim de poder liquidar seus compromissos. Daí a concorrência foi incrível, as dificuldades se fizeram enormes, e teve gente que houve por bem abandonar de vez o negócio... Sim, e os efeitos desta crise projetam-se no presente. Estas coisas não podem ser modificadas, no todo, assim de uma hora para outra".

COOPERATIVA: A SAÍDA - Considera-se pequena aquela empresa que colhe até 50 mil toneladas de sal por ano. Depois vem a salina de tipo médio: aquela que produz de 50 até 100 mil toneladas. Tais núme-

ros indicam grande volume, embora signifiquem pouco em termos de sal. Basta dizer que seria anti-econômico mecanizar uma salina de capacidade inferior a 200 mil toneladas/ano. Neste ponto, aliás, os médios e pequenos salineiros estão sempre em desvantagem em relação aos grandes, pois estes - desde 1967 e 1968 - entraram na era da *mezanização* progressiva.

Contudo, Newton Ramalho, numa declaração que confere com as de outros colegas seus, manifesta um particular entusiasmo:

"Penso que agora encontramos um bom caminho, que foi a criação da nossa Cooperativa. Esta entidade, que nasceu de um decidido esforço do deputado Antonio Florêncio, acha-se em fase de melhor organização e aparelhamento, e já deu um passo digno de respeito: refiro-me ao acordo celebrado entre a Cooperativa e os grandes salineiros, garantindo a fixação de uma tabela de preços já em vigor. Não fosse a Cooperativa nada disso teria sido conseguido".

UM PROBLEMA NO TERMINAL - Que tal o Porto de Areia Branca, Newton?

- "Bem. O terminal significa melhor viabilidade de comércio com o exterior. Isto é de enorme importância para nós. Todavia, do ponto-de-vista imediato, segundo estamos informados, temos um problema a resolver que é a obrigatoriedade de colocarmos o sal para embarque nas esteiras mecanizadas do Porto. Uma série de custos e outros empecilhos, entre os quais o da reduzida produção, impossibilitam os pequenos e também os médios salineiros de satisfazerem tal exigência. Nossa Cooperativa tentará encontrar, junto às autoridades competentes, uma forma de contornar a situação.

VOLTANDO AO COOPERATIVISMO - A história do cooperativismo na área salineira esteve sempre ligada às necessidades de financiamento e de *chance* de melhor comércio dos médios e pequenos produtores (ver RN ECONÔMICO, novº/dezº, n. 31). Aliás, apresenta-se amplo e complexo o papel do cooperativismo: tem ele pela frente "não apenas a meta de agrupamento da comercialização, mas visa também o agrupamento da produção, racionalizando estes processos, e proporcionando aumento da produtividade com redução dos custos operacionais".

ONDE O CAMINHO ? - Tudo indica que o futuro reserva dois caminhos para os médios e pequenos salineiros, tanto de Macau quanto de outras áreas: ou eles concretizam tais "agrupamentos" por intermédio de suas entidades -, as cooperativas, por exemplo -; ou serão engolidos pelos grandes. Não é outra a previsão do mais recente relatório da Comissão Nacional Executiva do Sal: "... uma característica normal da indústria salineira observada in-

ternacionalmente, é a concentração - ou seja, poucas empresas, cada uma produzindo em larga escala. Para o Brasil, importa (isto) na existência de um total de empresas cuja produção e vendas seja capaz de garantir o seu funcionamento e sobrevivência no mercado".

A VOZ DA EXPERIÊNCIA - Francisco Antonio Filho, hoje aposentado, foi estivador em Macau durante 26 anos (o pessoal das salinas tem direito à aposentadoria com 25 anos de serviço, em virtude da insalubridade, periculosidade e penosidade a que estão sujeitos). "Seu" Francisco, debaixo de um chapéu-de-sol, fala ao reporter com a voz da experiência: "Não acredito que o Porto venha tão cedo. Mas se vier, como dizem, vai acabar com Macau e Areia Branca, por causa do desemprego e do rebaixamento de salários que vai causar... Não sei se existe saída para essa situação. Só o governo (*) e Deus é que podem dizer, não é?".

Esta apreensão não é apenas do velho estivador. Apreensão, dúvida e até desespero - em maior ou menor grau - são as sensações que atualmente tomam conta dos estivadores, alvarengueiros e conferentes de Macau. Eis a razão: com a abertura do terminal de Areia Branca - prevista para fins de 1972, início de 1973 - estes homens estão ameaçados de perder o meio-de-vida que ainda possuem, sendo colocados para engrossar a massa de desempregados da cidade.

DESEMPREGO E ETC. - Valdemar de Sousa, presidente do Sindicato dos Estivadores de Macau, fala sobre o assunto: "Oficialmente nada nos foi comunicado sobre a inauguração do Porto. Nós não sabemos quando é que ele vai ficar pronto, e eu, particularmente, ainda duvido que a obra termine ano que vem... O serviço lá está muito atrasado. E de agosto pra frente, até mais ou menos dezembro, a turma vai ter que parar, por conta dos ventos fortes que ninguém aguenta. Agora que o Porto vai acarretar desemprego quando ficar pronto, isso vai. Não tem dúvida. É um caso sério. Por isto e por causa do desemprego já existente por aqui, nosso Sindicato nem está mais aceitando novos sócios. Estamos cumprindo, há dois meses, a ordem do Departamento de Portos e Costas que mandou que o Sindicato não vinculasse mais ninguém. Porque não adianta filiar se não tem emprego, compreende? Por enquanto, estamos com 114 sócios, mas nós aqui calculamos que depois do Porto entrar em funcionamento, só uns 50 ou 60 estivadores, quando muito, é que vão continuar tendo serviço, e ainda assim com o salário reduzido mais da metade".

(*) Um plano que o governo do Rio Grande do Norte tem para "combater o desemprego e promover o desenvolvimento no campo" acha-se contido no projeto da CIMPARN (reportagem, às páginas 28 a 31).

SAL



"PEQUENOS E MÉDIOS TÊM NA COOPERATIVA 'A GRANDE ESPERANÇA'. - DIZ NEWTON.

Francisco Mendonça de Melo é um jovem estivador de uns 25 anos membro do Conselho Fiscal e representante de seu Sindicato na Federação e no INPS. Ele toma a palavra para explicar: "Acontece que atualmente a gente trabalha por produção. Então a gente trabalha 16 horas por dia, quando convocado, trabalha dia e noite; então dá pra tirar uma média de uns 700 contos. Mas com o Porto, os poucos colegas que conseguirem ficar trabalhando, vão ganhar é por diária, e aí a situação vai danar, mesmo pra esses que não perderem o emprego, porque pros outros nem se fala. A diária atual está sendo paga na base de 10,94 cruzeiros, mas no fim do mês só se tira mais ou menos o salário mínimo, porque tem os dias-santos, os feriados e tal. Eu vou te falar, amigo, eu estou aqui no Sindicato há quase dez anos e nunca vi uma situação apresentar assim, tão difícil da gente resolver. Mas até que nós estamos calmos, temos paciência; sabemos esperar pra ver se as coisas serão resolvidas a bom termo. Vamos ver, não é?".

INVERSÃO DE PAPEIS - A interrogação no final da frase parece ser um modo de falar dos trabalhadores de Macau. Quase todos querem conseguir do reporter uma confirmação para isso ou aquilo que afirmam. Os entrevistados arroteiam o entrevistador, ao final da entrevista, e tentam uma inversão de papéis:

- O senhor sabe quando será mesmo que o Porto vai ficar pronto?

- Lá por Natal o senhor não ouviu falar se tem alguma saída pra nossa situação? Temos mulher e filhos pra tratar e não podemos fi-

car aí jogados na miséria, o senhor compreende?

- É de lascar, moço, por aqui não tem pra onde a gente se virar, a não ser trabalhar no sal... ainda mais a nossa turma que quase todo mundo é analfabeto, quando muito sabe rabiscar o nome. Além das salinas a cidade não tem mais mercado de trabalho, como se diz. Na agricultura e na criação também não tem mais lugar, pois o pouco que tinha uma parte do pessoal do Sindicato dos Marítimos pegou quando se deu a mecanização... O senhor podia contar esse nosso drama pras autoridades lá da capital, que de certo o senhor conhece. O senhor acha que a nossa situação tem possibilidade de ser resolvida?

Esta última exposição-pedido-interrogação foi feita por um membro do Sindicato dos Trabalhadores em Alvarenga de Macau. Os alvarengueiros são os mais preocupados com a nova onda de desemprego que paira sobre a zona do sal: porque - argumenta Bartolomeu Zacarias dos Santos, secretário daquele Sindicato - "... nós, os da alvarenga, vamos todos ser colocados no ôlho-da-rua, pois o Porto Ilha não vai precisar de ninguém pra fazer o que a gente faz. O senhor pode escrever no papel: o pessoal da alvarenga todinho tá ameaçado de desemprego. E o nosso problema é muito pior que o dos salineiros, pois da nossa turma, só uma meia-duzia, talvez, tá ligada com a agricultura. Toda nossa ocupação, ocupação permanente, está ligada ao sal, compreende? E a turma dos salineiros não, eles, uma grande maioria, era da roça, onde tinham trabalho a maior parte do ano; de modo que eles dependiam das salinas só na época da colheita, o senhor vê a diferença? Então o nosso drama vai ser muito danado, não é mesmo?".

João Marques de França, tesoureiro da entidade dos alvarengueiros, completa o pensamento do seu colega: "Pois é... Não que a gente seja contra o Porto. A gente sabe que o Porto tem sua importância, que ele é obra do progresso. Não sou contra o Porto então; sou contra o desemprego e tudo que ele acarreta. Porque acabou-se a alvarenga, acabou-se tudo pra nós. Em Macau a gente não tem outra vida a não ser essa. Então eu acho que antes de eles pensarem no Porto, deviam ter pensado no nosso problema; sim: e depois fazer o Porto".

TRÊS PARA FECHAR - São três os Sindicatos de trabalhadores em Macau com o risco de serem fechados, após o funcionamento do terminal. Inclui-se na lista, além dos Sindicatos dos Estivadores e da Alvarenga, o Sindicato dos Conferentes. Apesar de a situação deste se apresentar menos grave que a daqueles dois, em virtude do número mais elevado de trabalhadores que reúnem,

Associação de Poupança e Empréstimo

AGENTE FINANCEIRO DO BA

Rua João Pessoa,

Balanço Geral Encerrado em 30 de Junho de 1972

A T I V O		
DISPONIVEL		
Encaixe	715.797,68	
Subencaixe	1.730.000,00	2.445.797,68
REALIZAVEL		
Financiamentos Imobiliários	37.187.691,48	
Aplicações Diversas	866.308,27	
Outros Créditos Realizáveis	44.340,05	38.098.339,80
IMOBILIZADO		
Bens Móveis de Uso	205.662,52	
Bens Imóveis de Uso	90.049,55	295.712,07
DESPESA PENDENTE		
Despesas a Apropriar	77.026,07	77.026,07
Sub-soma		40.916.875,62
COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia, Custódia ou Co- brança Recebidos	76.627.984,16	
Abertura de Crédito e Outros Direitos	140.411,62	76.768.395,78
Soma		117.685.271,40
P A S S I V O		
NÃO EXIGIVEL		
Recursos Próprios	763.154,60	
Resultados a Apropriar	1.104.644,17	
Recursos dos Associados	17.892.838,97	19.760.637,74
EXIGIVEL		
Recursos de Terceiros	19.506.118,78	
Credores Diversos e Provisões	631.069,32	
Outras Exigibilidades	1.019.049,78	21.156.237,88
Sub-soma		40.916.875,62
COMPENSAÇÃO		
Credores por Garantia, Custódia ou Cobrança	76.627.984,16	
Contrato de Abertura de Crédito e Ou- tras Obrigações	140.411,62	76.768.395,78
Soma		117.685.271,40

Natal (Rn), 30 de junho de 1972.

FERNANDO A. BARRETO PAIVA
Administrador-Geral

OLIMPIO P. MOURA

Administrador de Operações e Finanças

FRANCISCO CANUTO DE MEDEIROS

Técnico em Contabilidade — CRC — RN — N ° 384

no Riograndense do Norte - APERN

CO NACIONAL DE HABITAÇÃO

198 - Natal (RN)

Demonstração da Conta Receita e Despesa em 30 de Junho de 1972

D É B I T O

1 — Órgãos Sociais, pessoal, impostos e outras despesas administrativas	285.041,05	
2 — Depreciação do Ativo Fixo, gastos de organização, provisão p/ créditos duvidosos e perdas diversas .	395.017,76	
3 — Comissões, taxas, juros, correção e outras despesas com operações passivas	2.861.481,72	3.541.540,53
4 — Distribuição do Resultado Líquido		
a) Fundo de Reserva	66.762,10	
b) Fundo de Emergência	33.381,05	
c) Participação da Administração Executiva	33.381,05	
d) Dividendos a Pagar ou Creditar	421.948,56	
e) Provisão p/Garantir Dividendos Futuros	112.148,20	667.620,96
Soma do Débito		4.209.161,49

C R E D I T O

1 — Rendas de Disponibilidades	148.996,75	
2 — Comissões e taxas ativas	283.067,95	
3 — Juros Ativos	1.128.332,91	
4 — Correção Monetária Ativa	2.477.629,02	
5 — Lucros	55.456,97	
6 — Renda de Serviços	95.318,89	
7 — Rendas Eventuais	28.122,77	
8 — Resultados a Apropriar	52.236,63	4.209.161,49
Total do Crédito		4.209.161,49

Natal (Rn), 30 de junho de 1972.

FERNANDO A. BARRETO PAIVA

Administrador-Geral

OLÍMPIO P. MOURA

Administrador de Operações e Finanças

FRANCISCO CANUJO DE MEDEIROS

Técnico em Contabilidade — CRC — RN — N.º 984

isto não quer dizer que os conferentes estejam menos preocupados. São 37 os conferentes em Macau, todos filiados ao Sindicato presidido por Amon Gonçalves.

Amon faz questão de frisar que até o presente não tem qualquer comunicação oficial a respeito da data de inauguração do Porto. Mas ele não descarta o risco que sua classe tem pela frente: "Mesmo sem infortúnios seguros, nós estamos dentro da realidade dos fatos, e sabemos que o Porto irá dispensar a função de conferente, pelo menos em termos daquilo que hoje se entende por conferente. Esperamos que nosso pessoal possa ser aproveitado noutras funções. Esta fica sendo uma esperança, senão que é que se há de fazer? Caso contrário, o Sindicato acabará sendo fechado".

Um outro conferente que preferiu não dar o nome ao repórter, ajunta algo mais às declarações de Amon: "Pode ser que eles aproveitem alguns, mas certamente será uma minoria dos 37 colegas. De modo que nosso caso também é triste, seu moço!". **UM NÚMERO: 866** - Um alvarengueiro elegeu-se vereador em Macau. É o João Moraes, que diz ter ido para a Câmara "com o apoio dos colegas operários, principalmente, e de uns outros amigos". João presta também assessoria aos diretores do Sindicato da Alvarenga. Diz ele: "Sim. Sou assessor aqui para alguns assuntos técnicos e assuntos burocráticos, de modo geral. Aliás, a gente ajuda no Sindicato em tudo que tem sido preciso... Queria que o repórter anotasse que o desemprego atingiu não só os trabalhadores, mas também seus familiares. Somente no nosso Sindicato estão registrados 842 dependentes. É isso: em média, nós



E A AMEAÇA DO DESEMPREGO FAZ

ZACARIAS PERGUNTAR:

- AONDE VAMOS?

fizemos as contas, cada operário em Macau possui cinco dependentes. Quer dizer: assim a coisa fica mais cruel ainda. Eu já andei falando para os colegas vereadores. Fiz ver a eles que são famílias inteiras, mulheres, filhos, crianças, que vão ficar arrasados".

É o mesmo João Moraes, queimado do sol, baixo, magro, quem agora toma do lápis e desenha um número: "866".

866 - este o número de homens a serem dispensados das companhias salineiras, quando o terminal de Areia Branca tiver concluída sua instala-

ção. Pelo menos, tal é o calculado pelo alvarengueiro-vereador João Moraes, bem como pelos membros dos Sindicatos de Macau. Mas o vereador observa: "Sim. Este tem que ser um cálculo aproximado, podendo haver alguma diferencinha na realidade; pode ser que uma pequena parte dos estivadores seja aproveitada". Os dados dos trabalhadores são os seguintes:

Do Sindicato dos Estivadores	114 homens;
Do Sindicato da Alvarenga	165 homens;
Do Sindicato dos Marítimos	550 homens;
Do Sindicato dos Conferentes	37 homens;
T O T A L	866 homens.

OUTRO NÚMERO: 4.330 - Tem uma observação: os homens do Sindicato dos Marítimos estão fazendo seus contratos de trabalho por intermédio dos Sindicatos dos Estivadores e da Alvarenga. Eles integram o rol dos quase 4.000 desempregados (somente das salinas de Macau), que perderam seus empregos por ocasião da mecanização das empresas, iniciada por volta de 1968.

E afinal tem uma multiplicação: 866 por 5 (índice de dependentes por trabalhador). Resultado: 4330 - aqui a quantidade de pessoas que em Macau vive hoje em presente de preocupação, em face de um futuro de incertezas. Em outros termos, na fala simples do alvarengueiro Bartolomeu Zacarias: "Estamos caminhando em corda-bamba. Sei não o que vai dar... A situação das empresas nós não temos pra dizer dela. Mas da nossa situação a gente sabe, porque vive essa coisa; a nossa situação é a pior de todas, num tem quem duvide. Aonde vamos? Num sei não" ■

leia
RN-
E
CO NÔ
MI
CO



ESTADO E JUSTIÇA DO TRABALHO

OSIRIS PINHEIRO

Iniciando nossas considerações a respeito da função Jurisdicional do Estado na Justiça do Trabalho, salientamos, como ponto de partida, os dois princípios fundamentais que norteiam a relação jurídica processual de caráter público, onde as partes se situam, aguardando a transformação da vontade da Lei em ato.

Sabemos que o Estado não é mero assistente nos debates e sim o responsável pela prestação jurisdicional que assegura a distribuição da JUSTIÇA.

E o limite de ação do Estado na relação processual?

Os limites de ação, maiores ou menores, do Estado, na relação processual, vêm a definir o processo se dispositivo, se inquisitório. Se dispositivo, vários brocardos se impõem, tais como, NO PROCEDAT IUDEX EX OFFICIO, SENTENTIA DEBET ESSE CONFORMIS LIBELLO, e, em outras palavras: o Juiz, representante do Estado, não pode iniciar o processo ex officio, devendo aguardar, conseqüentemente, a provocação das partes, mantendo-se nos limites da contravariação que as mesmas fixa-

rem, com sua ação limitada pelas respectivas. "A sentença que for além ou permanecer aquém dos limites fixados pelas partes mediante seus atos de postulação, será eivada de nulidade, por importar julgamento extra, ultra vel citra petita". (Wilson de Souza C. Batalha - Tratado Elementar de Direito Processual do Trabalho, vol. I, pag. 74). Essas considerações dizem respeito ao processo dispositivo, com vivência do Direito Processual Civil.

Deixemos as considerações referentes ao processo dispositivo e passemos às que caracterizam o processo inquisitório. Sabemos que tais princípios têm lugar no processo penal, onde o Juiz tem maior ação, inclusive a iniciativa, em certos casos da instauração da instância, a direção da causa, não estando adstrito aos elementos de convicção evidenciados pelas partes, repudiando-se a proibição da sentença condenatória ultra petitum e etc. Resumindo - no processo civil temos o sistema dispositivo e, no processo penal, o inquisitório.

E na relação jurídica processual TRABALHISTA, a qual comporta no seu conteúdo os dissídios individuais e coletivos?

Tentemos uma aproximação a pergunta formulada. Há, na realidade, na demanda trabalhista, a prevalência do princípio inquisitório, mesmo com exceções (note-se o Art. 49, da Lei 5584, de 26.06.70), tendo em vista a grande assimilação com a relação jurídica processual civil. Mas, entendemos, d.v., que apesar dessa assimilação, forçoso se torna a necessidade de um divorciamento mais intenso entre as duas relações - civil e trabalhista - pois, o Direito do Trabalho, mesmo se constituindo um direito recém-nascido, já se impõe, com características próprias, no edifício jurídico da sociedade.

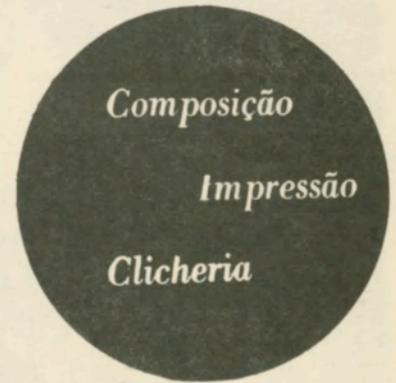
Destaquemos, para fortalecimento de nossas considerações, em função desse divorciamento: a) que, no decorrer dos tempos, foi superada a filosofia de HIL-

ME e KANT na sua exaltação do indivíduo no círculo social, filosofia que muito concorreu para a estrutura do Estado Liberal, onde o individualismo se fez sentir com toda sua força, surgindo, como expressões máximas, entre outros, Adam Smith Batista Say, e etc.; b) que os dois princípios norteadores do individualismo jurídico hoje superado, a igualdade formal e liberdade civil, estão, indiscutivelmente, substituídos pela filosofia de dirigismo-estatal, com a prevalência das normas legais às contratuais, conseqüência do princípio da regulamentação legal do conteúdo dos contratos; c) que o alijamento do individualismo jurídico, provocou, às instituições de direito civil, transformações substanciais, quer na propriedade (que passou de estática à propriedade dinâmica, surgindo um direito de quase-propriedade), quer na herança, na responsabilidade civil e, mui principalmente, no contrato, ponto capital da relação jurídica obrigatoria.

Evidenciadas essas resumidas considerações que nos convencem da necessidade de um maior divorciamento entre as demandas civis e trabalhistas, penetremos na defesa de nosso ponto de vista - o Estado deve, através seu ato de vontade, ação de legislar, dar poderes aos Tribunais Trabalhistas para que os mesmos aceitem os julgamentos ULTRA e EXTRA PETITA, deixando, nesse particular, o rigorismo da processualística civil. O Juiz do Trabalho, na sua nobre missão de estabelecer o equilíbrio entre capital e trabalho, deve, sem dúvida, contar com uma legislação que lhe dê condições de reconhecer e declarar aquilo que não fora objeto do pedido da parte, tendo em vista a condição dessa parte, quase sempre analfabeta, sem a noção exata da amplitude de seus direitos e consistência dessa Justiça, e mui principalmente, pela grande responsabilidade que assume o Estado ao permitir que analfabetos e leigos em direito, inicie, sem assistência técnico-jurídica, o processo, indo até o final, na qualidade, conseqüentemente, de seu próprio patrono.

É de se salientar, que se o Estado assim procede, tem a obrigação de prestar assistência na sua totalidade, devendo o Juiz do Trabalho, seu representante, distribuir JUSTIÇA longe da realidade prevalente, - "É POSSÍVEL REPARAR UM ERRO NA FORMULAÇÃO DO PEDIDO, MAS NÃO É POSSÍVEL SUPRIR OU COMPLETAR O PEDIDO FORMULADO".

GRÁFICA MANIMBU



Rua Assu, 666

Natal — RN

PASTELARIA NATAL

José Zélio Caldas de Vasconcelos



especialista em salgados e doces. entrega a domicilio pelo telefone 26-64

rua apodi, 311



RN-Econômico



JOSÉ DE FRANÇA

A VEZ DO SISAL



CHEGOU O QUE FALTAVA: O BB 'ABRIU CRÉDITO ESPECIAL PARA RECUPERAÇÃO DAS LAVOURAS E COMPRA DE MAQUINARIAS

De acordo com o último levantamento feito pelo Departamento de Classificação de Produtos Agropecuários da Secretaria de Estado da Agricultura, 44 municípios do Rio Grande do Norte plantam sisal. O levantamento, feito em 1969, ainda é absolutamente válido. Se mudança houve foi quanto ao número de máquinas e motores e aos hectares não cultivados, em cada fazenda. No caso das máquinas e motores pode ter havido sensível diminuição. No dos hectares não cultivados, um não menos sensível aumento.

O certo é que a cultura do sisal em nosso Estado há algum tempo deixou de ser uma atividade capaz de interessar muito aos agricultores. Assim tem sido, embora o produto ocupe, ainda, o segundo lugar entre os de maior expansão e comercialização entre nós.

Onde, então, o paradoxo?

O CRÉDITO ABERTO

O fato é que o Banco do Brasil, através do CREAÍ - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - há cerca de 30 dias está com crédito aberto para custeio dos serviços de recuperação de aga-

viais e para aquisição de maquinaria destinada à industrialização primária do sisal.

O chefe do CREAÍ em Natal, sr. José de França, disse a RN-ECONÔMICO que essa abertura de crédito veio em boa hora, pois não são poucas as áreas de agaviais em nosso Estado, completamente mal tratadas, necessitando de serviço de carpina, roços, etc. Com o financiamento, os proprietários poderão limpar o campo, replantar, preparando ainda a cultura para o desfibramento.

O financiamento para máquinas e motores será feito em casos excepcionais, disse ele, mas tanto para esse como para o custeio de serviços de recuperação de terreno não há limites operacionais. Tanto o Banco do Brasil não tem teto máximo para atender aos agricultores, como é favorecido a estes a tomada de empréstimos que lhes convier, desde que estabelecidos dentro das necessidades de plantação e cobertos por garantias reais.

Em seis zonas do Rio Grande do Norte se planta sisal, conforme o levantamento efetuado pelo DCPAP: Agreste, Centro-Norte, Chapada do Apodi, Litoral, Salineira e Seridó.

Na primeira é que existe maior número de municípios produtores (dezenove) embora o Departamento tenha colocado o maior deles, João Câmara, como integrante da Zona Salineira.

Se João Câmara aparece como o maior produtor da Zona Agreste, Touros se situa como o maior de todo o Estado, embora no primeiro haja maior número de maquinaria instalada. Em 1969 a área cultivada, produtiva, de João Câmara, era de 2.910 hectares, com 440 improdutivo. Em Touros, 9.450 contra 80. No primeiro, a estimativa anual, em quilos, era de 2.335.500. No segundo, de 7.562.700. Essas duas áreas, certamente, foram as que apresentaram maior índice positivo, com relação à produção.

A área produtora de sisal no Rio Grande do Norte, da qual muitos agricultores estão saindo em busca dos incentivos do Banco do Brasil, é formada pelos seguintes municípios:

Zona Agreste: Jaçanã, Poço Branco, Barrêto, Serra de São Bento, Nova Cruz, Taipu, Santo Antonio, Pedro Velho, Japi, São Tmê, São Paulo do Potengi, Santa Cruz, Tangará, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José de Campestre, Campo Redondo, Rui Barbosa. 

Centro Norte: Pedro Ave - lino, Lages, Caiçara do Rio do Vento, Jandaíra, Santana do Matos, Pedra Preta.

Chapada do Apodi: Mossoró Litoral: Pureza, Várzea, Canguaretama, Goianinha, Ceará Mirim, Januário Cicco, Macaiba, Presidente Juscelino, Touros.

Salineira: São Bento do Norte, Parazinho, Serra Grande, João Câmara, Macau.

Seridó: Cerro Corá Florânia, São Vicente, Currais Novos.

PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO

O agrônomo Adalberto Alves de Azevedo, diretor do Departamento de Classificação dos Produtos Agrícolas, disse que a produção de sisal no Rio Grande do Norte, nas últimas safras está oferecendo mutação justamente em face da falta de incentivos financeiros.

O sisal é uma lavoura semi-permanente e um plantio tem vida média de 10 a 12 anos, período em que, anualmente, as palmas podem ser desfibradas. Ao chegar a esse limite, no entanto, a plantação já está quase improdutiva.

Há praticamente duas únicas firmas que compram e vendem sisal, no Rio Grande do Norte: Cisaf-Comércio e Indústria de Fibras S/A e Sacraft Indústria de Celulose do Nordeste S/A.

As duas apresentaram o seguinte movimento nas duas últimas safras

FIRMA/SAFRA	FIBRA (kg)	BUCHAS E RESÍDUOS (kg)	TOTAL
CISAF 70/71	5.065.090	1.223.316	6.288.406
(*) 71/72	6.775.720	1.275.176	8.050.896
SACRAFT 70/71	1.741.005	690.211	1.913.527
(*) 71/72	338.077	47.415	385.492

Totais das safras: 70/71 - 8.719.622
71/72 - 8.438.388

(*) levantamento até maio (inclusive) de 1972

Disse o sr. José de França que para os empréstimos para custeio de recuperação de agaviais o Banco do Brasil cobra a taxa de juros normal de 15% ao ano. O financiamento começa a ser pago a partir do desfibramento.

A amortização dos empréstimos para aquisição de máquinas e motores tem o prazo de até cinco anos, não há -vendo limite de crédito -para ambos os casos-, desde que "existam cobertura e garantias reais" ■



**SOMOS NÓS
QUE ANUNCIAMOS
O DESENVOLVIMENTO
DO RN.**

NATAL PLACAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA confecciona as placas que assinalam a presença da **SUDENE**, do **GOVERNO DO ESTADO**, do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO**, dos **MINISTÉRIOS** nos programas de industrialização. Também fabrica sinais rodoviários, faixas e placas de todos os tipos.

**NATAL PLACAS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

Rua Correia Teles, 200
no centro da cidade.

Confecções

Dinan
— LTDA.



Confecções de roupas profissionais de alta qualidade

Av Salgado Filho, 1597
Fone 22:00 — Natal — RN

TRANQUILIDADE
É O PRIMEIRO
PASSO PARA UM
BOM NEGÓCIO.



Música é
tranquilidade em todos
os ambientes

UNO-SOM

leva boa música
para você, onde você quiser

Rua Heitor Carrilho, 104
Fone 22.00



MUNICIPIOS DE TODO RN: UNI-VOS

Em 1954 foi criada a Associação Norte-Riograndense de Municípios - ANM -, com o objetivo de "formular as diretrizes do movimento municipalista no Estado e promover o aperfeiçoamento da administração municipal em todos os seus aspectos".

Não é nova, portanto, a vontade de união das cidades norte-riograndenses sob uma mesma perspectiva.

Nestes 18 anos a ANM teve suas fases de intensa atividade, mas teve também seus períodos de marasmo. Foi promotora de diversas importantes reuniões e congressos. Sob sua direção muitas lutas se desenvolveram. Mas - por último - a ANM não passava de uma sigla apagada no tempo e no espaço. Parecia até viver seus derradeiros dias, capengando numa quase total inatividade e gozando apenas da assistência de um mingua-do grupo de amigos. Sua sede ainda se mantinha de pé: mas a casa da rua Mossoró, em termos de Associação de Municípios, pouco mais significava que uma placa na parede e uns estatutos empoeirados. Era uma casa vazia.

Agora, a novidade: a Associação Norte-Riograndense de Municípios começa a erguer de novo a cabeça. É como se um velho corpo, antes desanimado, sem rumo ou força, tivesse então recebido uma dose de violento excitante. E começa a ANM exercitar-se para uma longa caminhada. Ou como diz Manoel Otoni de Araujo Lima Neto, seu atual presidente: "Esta-

mos nos preparando, colocando a casa em ordem; estamos esquentando os músculos da velha ANM, a fim de que possamos ir longe, inclusive saltando os numerosos obstáculos e superando as diversas dificuldades".

Evidentemente, ainda é cedo para se afirmar algo sobre a concretização destes ideais. Entretanto, um elemento vital para a entidade está sendo percebido pelo novo presidente:

"Muitos prefeitos -observa Manoel Otoni Neto- talvez nem saibam da existência da nossa Associação. Mas tudo faremos no sentido de que ela seja conhecida, reconhecida e respeitada. Entendemos a união como base indispensável da ANM. Gostaríamos, por intermédio desta revista, de gravar a seguinte mensagem: "Municípios de todo o Estado; uni-vos!".

O SANGUE NOVO

Manoel Otoni Neto, 32 anos, é prefeito de Goianinha, e o mais jovem prefeito do Estado. Tanto entre seus conterrâneos, quanto entre seus amigos de Natal (onde ele conclui este ano o Curso de Jornalismo), Manoel Otoni Neto atende pelo apelido simples de Babá, a mesma alcunha do melhor jogador de futebol de Goianinha, às vezes confundido com o prefeito. Mas Babá (o prefeito), não se incomoda com o lapso da crônica esportiva, mesmo porque não se considera "assim tao ruim de bola, sabe?"

Mas o que ele quer ser mesmo - segundo diz - é "um armador de grandes jogadas, um coordenador de importantes lances em profundidade, à frente da ANM, e em favor das prefeituras do Rio Grande do Norte". E argumenta: "Não somos um; seremos muitos perseguindo uma meta comum: o desenvolvimento dos municípios, que constituem a célula viva do Estado e da Nação".

A atual diretoria da ANM foi eleita em fins do ano passado, numa assembléia presidida pelo governador Cortez Pereira. A posse de Manoel Otoni Neto realizou-se dia 20 de junho último, perante uma assembléia extraordinária convocada pelo Conselho Deliberativo da entidade. Discursando no ato, o novo presidente afirmou:

"Nosso patrimônio é a vontade de trabalhar, de conseguir colocar a ANM à altura de seus objetivos mais elevados. Ela deve, como entidade agregadora, pleitear, junto aos governos, os justos anseios dos municípios do Estado e tornar-se um ponto-de-apoio às administrações de nossas cidades".

Logo depois da solenidade de posse, assentado já na cadeira de presidente, Manoel Otoni Neto acrescentava para RN-ECONÔMICO:

"Somos muito pobres. Contamos apenas com a anuidade de algumas prefeituras. Vamos intensificar, junto aos colegas prefeitos, uma campanha de esclarecimento para obtermos o pagamento dessas

SOMOS POBRES. SÓ CONTAMOS COM UMA CONTRIBUIÇÃO ANUAL DE Cr\$200,000

participações. Hoje, somente umas 40 prefeituras estão colaborando com cerca de 200 cruzeiros anuais. Esta é uma importância ridícula se considerarmos que a ANM deve ser um instrumento eficaz para o movimento municipalista de todo o Estado".

POR ONDE COMEÇAR ?

-Qual o primeiro passo a ser dado pela nova ANM?

-Vamos primeiro - responde o presidente - espanar a

sessores; que nos escrevam, pois pretendemos estar sempre presentes".

PROBLEMAS E MAIS PROBLEMAS

Durante a palestra com o reporter de RN-ECONÔMICO, o novo presidente da ANM - fazendo sentir sua animação - referiu-se a diversos problemas que hoje preocupam os municípios norte-riograndenses:

-VIAS VICINAIS: "São parte de um plano do governo que o governador botou em

Açu, uma experiência positiva e da mais alta valia para o abastecimento de gêneros alimentícios. Onde a eletrificação for indicada com semelhantes características, contará certo com o nosso apoio".

-ARRECADAÇÃO: "A execução de arrecadação de tributos, anteriormente delegada aos municípios, que ora passou para outras áreas - Estado e União - deve ser encarada como um aperfeiçoamento dos métodos de tributação. As

MANOEL OTONI NETO:

- Não somos um; seremos muitos perseguindo uma meta comum



casa. Vamos tirar a poeira que encobre o seu nome, a fim de que ele apareça a todos. Pretendemos iniciar um cadastro de cada município para garantir assistência contábil a todos. Também queremos rentabilizar ainda mais, para os municípios, a ajuda do Projeto Rondon. Estamos estudando uma fórmula para, através de bolsas de trabalho, levarmos assistência médico-dentária às comunidades contribuintes. Estamos pensando em outras promoções, como um curso intensivo de administração e assuntos municipais, abrangendo itens relacionados com contribuições ao INPS, Tribunal de Contas, Orçamento, Banco do Brasil, etc. Não queremos anunciar para além do que podemos conseguir. Antes de tudo, queremos unir os municípios sob o teto de nossa casa, porque esta união é um reforço imprescindível ao nosso êxito de entidade". E explica ainda Manoel Otoni Neto: "A ANM reclama participação. Estamos prontos para o diálogo com todos os prefeitos e demais lideranças municipais, a fim de acertarmos - em detalhes - o plano para soerguimento da entidade. Nossa sede, à rua Mossoró, 324, em Natal, está aberta a todos. Que apareçam aqui os prefeitos e seus as-

sua agenda com todo destaque. Estamos do seu lado para incentivar a efetivação deste plano".

-INDÚSTRIAS: "A atividade industrial no Rio Grande do Norte acha-se ainda em fase embrionária. Desde que surjam projetos de livre empresa, no interior, vamos dar todo o nosso apoio para que eles se concretizem".

-ABASTECIMENTO: "Número - sas cidades do Estado já encaminharam seus projetos de abastecimento d'água. A ANM estará atenta para que esses projetos não sejam retardados e deseja ajudar, com seu estímulo, as prefeituras que as lançarem à conquista desta melhoria.

-ACUDAGEM: "Ninguém desconhece, no Rio Grande do Norte, o esforço que o governo vem desenvolvendo para dotar o Estado de uma rede de açudes pequenos e médios, dentro de curto prazo. Muitos deles estão concluídos, outros em andamento. Mas o trabalho tem sido febricitante; também nesse ponto nos colocamos inteiramente ao lado do governo, dando o testemunho de que esta política serve, sobremaneira ao desenvolvimento das comunidades municipais".

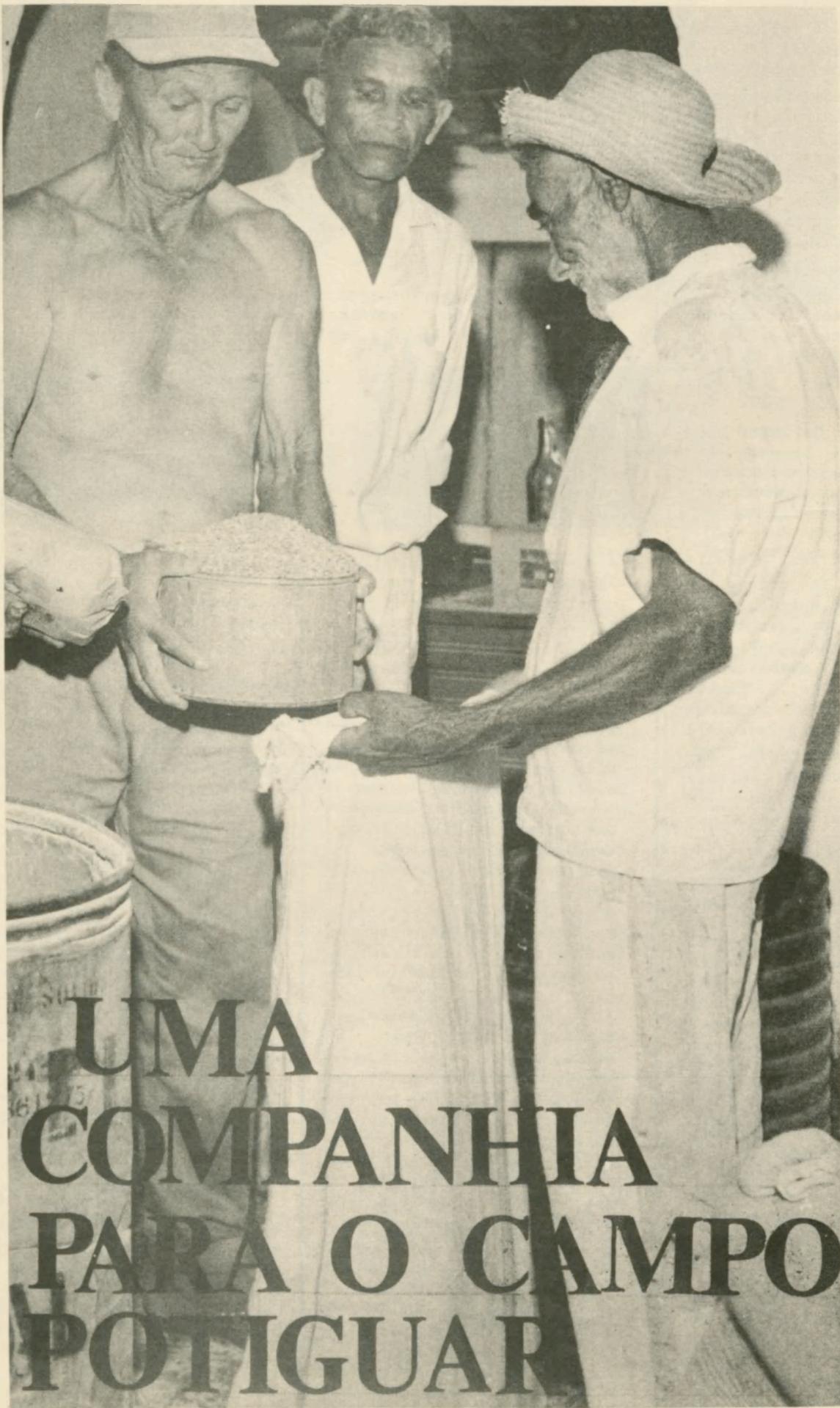
-ELETRIFICAÇÃO: "Um tema prioritário, dentre os objetivos da ANM, é a eletrificação rural. Há, no vale do

prefeituras não precisam mais arcar com uma máquina arrecadadora onerosa. E os municípios continuam com suas parcelas no ICM, no Fundo de Participação e no Imposto Territorial Rural, este arrecadado pelo INCRA".

-AUTONOMIA: "Temos o seguinte conceito de autonomia municipal: ela é indivisível. É representada pelo executivo e pelo legislativo de cada cidade. Esta autonomia não se acha alterada nem ferida".

-PRO-TERRA: "Como todo projeto de alto sentido social, o PRO-TERRA não pode ser implantado de uma hora para outra. Tal projeto não nasceu para tomar banhos de maria, mas o governo sabe se acautelar diante dos antigos erros relativos à distribuição de terras. Confiamos na execução do projeto; cremos que ela virá correta, justa e humana. Nesse aspecto a ANM, no que lhe couber, irá atuar de modo objetivo".

-REUNIÃO: "A última reunião de prefeitos realizada em Natal trouxe à tona diversos problemas do interior e permitiu um início de maior intercâmbio entre os colegas. Foi uma reunião que teve sua importância... penso, aliás, que toda reunião de gente é importante; e prefeito é gente, pacas" - concluiu Manoel Otoni Neto ■



UMA COMPANHIA PARA O CAMPO POTIGUAR

Quando setembro vier, 12 mil pessoas estarão implantando 12 vilas rurais no RN. Feijão, milho e caju: estes os produtos a serem cultivados nas vilas, as quais fixarão à terra 1.200 famílias. Eis o projeto da CIMPARN. ➡

Como combater o desemprego e - ao mesmo tempo - dar um impulso na economia rural?

O Rio Grande do Norte acaba de dar resposta a esta questão, criando uma empresa de economia mista - a Companhia de Implantação de Projetos Agrários do Estado (CIMPARN) -, cuja primeira tarefa será implantar 12 vilas rurais nas serras do Carmo e do Mel - situadas entre os municípios de Açú e Mossoró - numa área de 60 mil hectares, dando acesso ao cultivo e à propriedade da terra a 1.200 famílias. O sr. Antenor Madruga é o diretor-presidente da nova companhia e diz que "não há tempo a perder; entraremos diretamente no trabalho de concretização das vilas, a partir de setembro, prevendo-se o prazo de um ano para a sua conclusão". De outro lado, comenta o sr. Haroldo Bezerra, diretor do Banco de Desenvolvimento e um dos homens que mais de perto vem assessorando o governador desde o momento em que estalou a idéia da CIMPARN: "Este prazo de um ano somente será dilatado se não conseguirmos recrutar a mão de obra necessária para os serviços de desmatamento, destocamento, construção de casas e plantio; precisaremos de 12.000 pessoas para esta fase".

ESCALANDO OS OBJETIVOS

O sr. Haroldo Bezerra, que também é membro do



ANTENOR MADRUGA: um ano para implantação das vilas

Conselho de Política Agrária do Estado, escalou para RN-ECONÔMICO os objetivos da CIMPARN: "- assistência técnica-financeira ao homem do campo; - ampliação da cultura do caju, de maneira racional; - povoamento rural de regiões ainda não desbravadas e/ou regiões já desbravadas, mas que não oferecem condições favoráveis, através da criação de vilas rurais; - aumento da produção agrícola, principalmente no que concerne as culturas de subsistência: feijão, mandioca e milho; - absorção da mão-de-obra desempregada, evitando assim o grave problema do êxodo da população rural". Para cumprir o seu papel

a companhia contrairá empréstimos com entidades públicas ou privadas, tendo a garantia do governo do Estado até o limite de 30 milhões de cruzeiros. No plano funcional a CIMPARN ficou vinculada à Secretaria de Agricultura do RN, do mesmo modo que a COFAN e a CASOL. A direção da companhia compoe-se de três membros, eleitos em assembleia geral para mandato de quatro anos. São eles: Antenor Madruga (diretor-presidente), Heriberto Escolástico (diretor-administrativo) e João Bosco de Carvalho (diretor técnico-executivo). O Conselho de Política Agrária do Estado exercerá sobre o novo órgão um papel

CÁLCULO: AS VILAS DARÃO UMA RENDA DE MAIS DE 18 MILHÕES, JÁ NO PRIMEIRO ANO

consultivo e fiscalizador, a fim de compatibilizá-lo com os planos e programas dos setores estaduais congêneres.

AS VILAS POR DENTRO

Cada vila rural reunirá aproximadamente 100 famílias. A seleção dos beneficiados irá ser feita pela Secretaria de Agricultura, através do DCOR, mesmo porque - salienta o sr. Antenor Madruga - "uma condição indispensável para o êxito do projeto é o desenvolvimento de um espírito cooperativista entre todos os mutuários". Cada família disporá de uma área de mais ou menos 50 ha. A seleção dos futuros proprietários de lote será feita preferencialmente entre os operários rurais que se deslocarem para as vilas por ocasião do preparo do solo. Estima-se um afluxo médio de 2.000 operários por vila. Inicialmente a CIMPARN concentrará suas atividades na região das salinas - Serras do Mel e do Carmo -, tencionando ligar à vida cooperativa das 12 vilas

cerca de 3.600 pessoas, pois se calcula que cada uma das 100 famílias apresentará - em média - três familiares aptos ao trabalho.

APENAS MAIS UMA SIGLA?

RN-ECONÔMICO perguntou ao sr. Haroldo Bezerra: - Por que a alternativa de uma nova sociedade de economia mista? A CIMPARN não seria apenas mais uma sigla? quer dizer: suas funções já não estariam dentro de outras entidades do Estado? Eis a resposta argumentada do agrônomo e economista diretor do BDRN: "Compreendo a pergunta do reporter. Sim, teoricamente, as funções da companhia podem ser encontradas nos estatutos de outras entidades. Em termos gerais, pode-se dizer, objetivamos a um plano de colonização, ou a um modo de realização de reforma agrária produtiva; trata-se ainda, em termos gerais, do fomento do cooperativismo. Mas, praticamente, o volume de tarefas colocado pelo projeto, a sua complexidade específica, e mesmo o volume de capital envolvido - 30 milhões de cruzeiros -, justificam a idéia da descentralização, ou seja, justificam a criação de um órgão voltado exclusivamente para tal fim. Esta, aliás, é uma técnica normal na administração e que objetiva garantir a eficácia dos grandes empreendimentos setorializados. E quanto à outra parte da pergunta: o Estado assumiu a

responsabilidade da proposta de uma economia mista porque no Rio Grande do Norte ainda não contamos com empresas da iniciativa privada destinadas à prestação de serviços agrícolas, em tal nível. Não há, por exemplo, a questão de concorrência com a iniciativa privada. A iniciativa governamental refere-se a uma prestação de serviços onde aquela - a iniciativa privada - ainda não se faz presente; e portanto ela não será prejudicada". O mesmo sr. Haroldo Bezerra faz mais uma observação: "As vilas rurais podem ser consideradas como um tipo característico de reforma agrária. Eis que o projeto irá incorporar ao sistema produtivo áreas antes improdutivas, promovendo, concomitantemente, a melhor distribuição das terras e, portanto, da renda. A perspectiva é de que as 1.200 famílias serão transformadas de proletários rurais em classe média rural, ampliando assim a faixa do mercado de consumo do Estado".

PREVENDO OS RESULTADOS

A CIMPARN contratou uma firma especializada do Rio de Janeiro - a Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda. - para elaborar o seu plano econômico. Esta empresa está num ponto adiantado dos seus estudos, tendo já deslocado agrônomos, economistas e outros de suas quadros para as serras do Mel e do Carmo. ■

Todos os detalhes do plano deverão ficar prontos antes de setembro, para imediatamente serem colocados em prática. RN-ECONÔMICO mostra agora - numa divulgação exclusiva - dois tópicos do estudo preliminar do Departamento Rural do BDRN:

"Aumento da Renda - o incremento da produção agrícola, evidentemente acarreta um acréscimo na renda interna bruta. Somente no primeiro ano a renda estimada é de Cr\$18.271.080,00, que conseqüentemente origina uma renda "per capita" em torno de Cr\$3.045,00. Esta renda ocasiona imediatamente um benefício indireto ao Estado, pela maior arrecadação do ICM, possibilitando dinamizar a capacidade de investimento no setor público estadual. Por análise semelhante, poder-se-ia concluir os resultados econômicos obtidos quando da estabilização do projeto, quando a renda "per capita" evoluirá para Cr\$4.590,00 ou 805 dólares.

Ampliação do Movimento Financeiro Bancário

- Ressalte-se que, com a implantação do projeto, surgirão 1.200 novos mutuários na rede bancária, o que originará um fluxo monetário de aproximadamente Cr\$6.000,00 por mutuário, ou seja, de Cr\$7.200.000,00, no financiamento de custeio anual, constituindo, sem dúvida, vantagem econômico-financeira para o Estado. Diante de todos os



HAROLDO BEZERRA: a CIMPARN movimentará 30 milhões

fatos expostos no presente trabalho, analisando os méritos econômico-financeiros e sociais, torna-se evidente a viabilidade do projeto".

DOIS PONTOS DO ESTUDO

Enquanto isso, um estudo preliminar do BDRN revela que com a exploração das culturas do caju, feijão, mandioca e milho nas 12 vilas "chegar-se-á a um aumento substancial na nossa produção agrícola". Para o primeiro ano foi feita a seguinte previsão:

PRODUTOS	TONELADAS/ano
feijão.....	6.600
mandioca.....	193.020
milho.....	6.090

De outra parte, o cajueiro - principal produto a ser cultivado nas vilas rurais - começará a frutificar a partir do 3º ano, quando deverá atingir a quantidade de 6.120 toneladas, e na sua maturação (12º ano) poderá chegar a 30.600 toneladas. Entende o estudo do BDRN que "a castanha de caju aumentará consideravelmente a oferta da matéria prima, conhecidamente escassa em relação a demanda, no que diz respeito à industrialização. As amendoas de caju atingirão o mercado interno e/ou externo, visto que as exportações do produto se mostram com amplas possibilidades de expansão!"

Embora somente regulamentado em março de 1971 - com muito pouco tempo de implantação, por conseguinte - o serviço de transporte em taxi, em Natal, cresce assustadoramente. De umas poucas praças antigas, hoje temos nada menos de trinta e três postos, espalhados pelos quatro cantos da cidade. E nas quais estão registrados 613 carros, numa proporção desigual entre carros novos (do ano) e velhos calhambeques que mal se conduzem sobre as rodas.

O número de 613 taxis numa cidade como Natal, segundo o coronel Alberto Manso Maciel, é excedente. Embora o diretor do DECTTRAN (Departamento de Concessões e Trânsito - da Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal - que com relação a esse tipo de serviço existe um artigo do Colegio Nacional de Trânsito que determina um taxi para cada mil habitantes. A se observar esta regra vista, a Natal bastariam 300 carros.

- "Com os seiscentos e tantos que possuímos o que é que se vê? O passageiro em Natal não procura o taxi. O motorista é que fica transitando pela rua, à procura de cliente".

MUITO EM PARTICULAR

Dos 613 taxis existentes em Natal talvez nem 10 por cento pertençam a empresas constituídas para tal finalidade. A grande maioria ou pertence ao motorista (proporção menor) ou a particulares que, comprando o carro, colocam-no na praça, com um motorista que ganha, geralmente, na base de comissões.

João Pipoca Filho - 28 anos como motorista de taxi, entre pontos da Ribeira e da Cidade Alta - ganha, ainda hoje, 20% sobre o apurado do dia.

- "Nunca possuí um carro. Sempre trabalhei no dos outros. Nunca apareceu ninguém pra me ajudar a comprar um. E a comissão de vinte por cento existe desde o tempo em que a corrida custava dois mil reais. Antigamente como hoje, o que se ganha é uma ninharia".

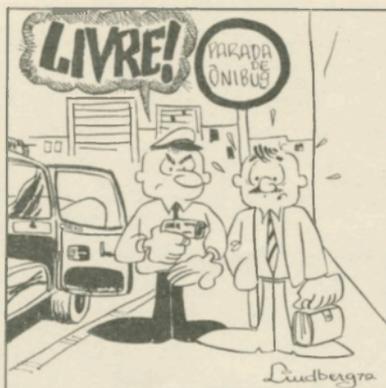
Para garantir que motoristas profissionais dirijam os seus próprios carros, a lei regulamentou o serviço em Natal (assinada pelo então prefeito Ernani Silveira) dispõe que "o motorista profissional autônomo que for dirigir o seu próprio veículo, terá preferência com relação aos demais candidatos e permissionários".

Mas como geralmente o autônomo é homem de poucas posses e poucas possibilidades de crédito, raramente lhe sendo permitido adquirir um carro.

UM NÚMERO DE ORDEM

A organização do serviço de taxi em Natal partiu de um estudo preliminar e do decreto-lei 1023/71. O coronel Alberto Manso Maciel, o tenente José Celestino Soares (então diretor do Departamento Estadual do Trânsito), o advogado

SEGUNDO O CÓDIGO, A NATAL BASTARIAM 300 TAXIS. TEMOS 613



inflação em quatro rodas

João Barreto e o tenente Fontes foram os responsáveis pelo documento. Este racionalizou o funcionamento do serviço, a partir da colocação, na parte externa das duas primeiras portas, do número do posto e do número de ordem do carro.

- "Principalmente para o usuário esse sistema funciona muito bem. A identificação de um taxi sempre se tornava difícil, porque o passageiro nunca iria ter tempo de decorar ou anotar a placa. Agora, pelos números de ordem do carro e do seu posto de origem, isto é mais fácil", diz o diretor do DECTTRAN.

E acentua que essa modalidade de identificação possibilita melhor fiscalização do Departamento, contra os carros de placa fria: donos de carros particulares, na hora em que resolviam, trocavam a placa amarela pela placa fria vermelha, e saía por aí rodando como carro de aluguel, numa aberta concorrência aos verdadeiros motoristas de taxi.

NEGÓCIO VAI MAL ?

Para todos os motoristas de taxi, "o negócio vai mal, as oficinas levam tudo que seapura".

Essa é uma observação unânime.

- "Para apertar um parafuso a oficina cobra dez cruzeiros. Uma lavagem num Volkswagen custa Cr\$26,00 mais uns Cr\$5,00 de gratificação aos empregados, que a gente dá para ser atendido logo", diz Isaias Batista da Silva, motorista do taxi nº 6 do posto 15 - rua Princesa Isabel. Lembra ainda ele que outro dia mandou fazer o

embuchamento do motor do seu carro e teve que pagar Cr\$270,00.

Abel Tomas da Silva, que dirige carro próprio (um Volks 69) tem o mesmo tipo de reclamação:

- "Amortecedor de Volkswagen é o troço que a gente troca mais. Custa Cr\$45,00 cada vez".

E Braulio Bezerra (Volks próprio, ano 1971) também reclama:

- "O passageiro não quer saber se quando você passa dentro de uma poça de lama vai ter que mandar lavar o carro, pra poder mesmo colocá-lo na frente da casa, sem ele estar mal cheiroso. Você apanha um passageiro pra Nova Descoberta, pro Carrasco. Quando volta para a Cidade o carro está em petição de miséria. As ruas sem calçamento, os buracos, tudo força o carro. E você tem que ir à oficina, depois de mandar lavar num posto qualquer. Os Cr\$10,00 que você faturou na corrida vão ser multiplicados muitas vezes para se poder pagar a despesa com o conserto".

QUEREM AUMENTAR O AUMENTO

Embora o interesse desta reportagem não fosse relacionado com um recente pleiteio de aumento para a bandeirada e para a quilometragem rodada, a maioria dos motoristas consultados se insurgia contra a irrisória base em que as autoridades estavam se baseando, nos estudos então preliminares.

- "Só para abrir o taxímetro nós vamos ter que pagar Cr\$100,00. Pagar cem cruzeiros pra aumentar a bandeirada de Cr\$0,60 para Cr\$0,70 e o quilômetro corrido de Cr\$0,50, para Cr\$0,60? Por que? É o tipo do negócio que não tem justificativa".

Quem fala é Abel Tomas da Silva, e seu ponto-de-vista é logo corroborado pelos demais.

Depois há o próprio custo do carro.

Dirigindo taxi desde 1959 - embora tenha 30 anos como motorista, a maior parte em repartições públicas - José Esperidião possui uma Variant-72 que comprou através de uma Financeira. Paga mensalmente, em um banco, Cr\$1.047,00. Apura uma média de Cr\$60,00 ou Cr\$50,00 por dia.

- "Num carro pequeno o apurado, quando muito, atinge Cr\$40,00 num dia" - diz Isaias Batista, que é motorista da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil e tem um carro próprio, um Volks 67, no qual trabalha "nas horas vagas".

A FALTA É O EXCESSO

Para o coronel Alberto Manso Maciel todos os problemas surgem por conta do excesso de taxi rodando na cidade.

No DECTTRAN diariamente passam entre cinco e seis processos de transferência de outorga de permissão para usufruto do serviço. E não são poucos os carros tomados dos motoristas - ou proprietários particulares - por falta de atendimento aos compromissos com as Financeiras.

Hoje, os 613 taxis existentes em Natal estão assim distribuídos,

de acordo com o plano feito pelo DECTRAN:

POSTO	LOCAL	NÚMERO DE TAXIS
1	Mercado Público - Petrópolis	10
2	Hotel Reis Magos - Petrópolis	05
3	Hospital das Clínicas - Petrópolis	10
4	Hosp.Médico Cirurgico - Petrópolis	05
5	Rua Cordeiro de Farias - Petrópolis	10
6	Av. Januário Cicco - Rocas	24
7	Rua Almino Afonso - Ribeira	12
8	Av. Tavares de Lira - Ribeira	28
9	Estação Rodoviária - Fundos	14
10	Estação Rodoviária - Lateral	12
11	Pça. André de Albuquerque - Cidade	14
12	Av. Rio Branco - Cidade Alta	13
13	Rua General Ozório - Cidade Alta	18
14	Rua Princesa Isabel - 1a. C. Alta	80
15	Rua Princesa Isabel - 2a. C. Alta	30
16	Pça. Pio X - Cidade Alta	32
17	Rua Prudente de Morais - Tirol	06
18	Av. Hermes da Fonseca - Tirol	10
19	Hospital Pronto Socorro - Tirol	10
20	Rua São Geraldo - Quintas	10
21	Av. Bernardo Vieira - Boa Sorte	30
22	Pça. 22 de Março - Santos Reis	05
23	Mercado Público Alecrim	20
24	Av. Presidente Bandeira - 1a. Alecrim	45
25	Rua Coronel Estevam - Alecrim	30
26	Pça. Gentil Ferreira - Alecrim	45
27	Av. Presidente Bandeira - 2a. Alecrim	23
28	Av. Presidente Quesada - Alecrim	20
29	Rua Mario Negócio - Quintas	27
30	Cidade da Esperança	05
31	Potilândia	05
32	Hospital São Lucas - Tirol	05
33	Rua Trairi - Petrópolis	05
T O T A L		613

A MAQUINA QUE FAZ O TEMPO PARAR



Os Condicionadores de Ar Admiral são recomendados a todas as pessoas que desejam parar o tempo para viver melhor. Seus filtros de ar de poliuretano com tratamento germicida mantêm o

ambiente sempre fresco e isento de germes nocivos à saúde.

Não deixe o tempo dominar a sua vida. Controle-o.

Use o Condicionador de Ar Admiral.

REVENDEDOR AUTORIZADO
COM PLANOS EM ATÉ 24
MÊSES SEM ENTRADA:

GP CASA PORCINO
vende bem como ninguém

MATRIZ Rua João Pessoa, 209 G. Ponto
FILIAIS Av. Pres. Bandeira, 462 Alecrim
Rua João Pessoa, 194 G. Ponto

OFFSET

PERFIS
INDUSTRIAIS

TALÕES
DE CHEQUE

MATERIAL
DE EXPEDIENTE

(Papeis para carta, me-
morando, en velopes)

AÇÕES E
DIPLOMAS

COM A APRESENTAÇÃO
GRÁFICA QUE SÓ O
SISTEMA OFFSET PODE
OFERECER

Rio Branco 325

Tel. 21-40

NILTON PESSOA DE PAULA AGRO-PECUARIA S/A NIPPASA

C.G.C. 08.210.478 - SAO GONCALO DO AMARANTE (RN)

Capital autorizado.....Cr\$ 1.500.000,00
Capital integralizado.....Cr\$ 1.256.847,00
Capital e integralizar.....Cr\$ 243.153,00

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vv.Ss. o Balanço Geral e a demonstração da conta "Lucros e Perdas" referentes ao exercício encerrado em 29. fevereiro.1972, assim como o Parecer do Conselho Fiscal. Na oportunidade, colocamos ao dispor de Vv.Ss., em nossa sede social, na Fazenda California, Município de São Gonçalo do Amarante, os documentos a que se refere o Art. 99 do Decreto nº 2.627, bem como quaisquer informações complementares.

São Gonçalo do Amarante, 24. junho.1972

NILTON PESSOA DE PAULA - Diretor Presidente
LEONIDAS FERREIRA DE PAULA - Diretor Financeiro
MARIA NEUSA FERREIRA DE PAULA - Diretor Secretário

ATIVO

<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2">DISPONÍVEL</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa.....</td> <td style="text-align: right;">730,01</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bancos c/depósitos.....</td> <td style="text-align: right;">4.630,81</td> <td style="text-align: right;">5.360,82</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">REALIZÁVEL</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Almoxeado.....</td> <td style="text-align: right;">19.915,59</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rebanho bovino- Fazenda California.....</td> <td style="text-align: right;">215.570,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rebanho bovino- Fazenda Sacramento.....</td> <td style="text-align: right;">54.775,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas correntes.....</td> <td style="text-align: right;">11.468,45</td> <td style="text-align: right;">301.729,04</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">VINCULADO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depósito BNB-Art.34/18..</td> <td></td> <td style="text-align: right;">4.399,50</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">IMOBILIZADO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obras preliminares.....</td> <td style="text-align: right;">11.635,72</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Edificações principais e secundárias.....</td> <td style="text-align: right;">176.405,83</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instalações hidráulicas.....</td> <td style="text-align: right;">5.180,29</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Máquinas, aparelhos e equipamentos nacionais...</td> <td style="text-align: right;">12.126,26</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Máquinas, aparelhos e equipamentos estrangeiros.....</td> <td style="text-align: right;">12.098,22</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Veículos.....</td> <td style="text-align: right;">100.947,97</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	DISPONÍVEL				Caixa.....	730,01			Bancos c/depósitos.....	4.630,81	5.360,82		REALIZÁVEL				Almoxeado.....	19.915,59			Rebanho bovino- Fazenda California.....	215.570,00			Rebanho bovino- Fazenda Sacramento.....	54.775,00			Contas correntes.....	11.468,45	301.729,04		VINCULADO				Depósito BNB-Art.34/18..		4.399,50		IMOBILIZADO				Obras preliminares.....	11.635,72			Edificações principais e secundárias.....	176.405,83			Instalações hidráulicas.....	5.180,29			Máquinas, aparelhos e equipamentos nacionais...	12.126,26			Máquinas, aparelhos e equipamentos estrangeiros.....	12.098,22			Veículos.....	100.947,97			<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>Móveis e utensílios.....</td> <td style="text-align: right;">6.903,09</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ações de outras empresas.....</td> <td style="text-align: right;">4.179,55</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depósitos e cauções.....</td> <td style="text-align: right;">22,63</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equipamentos p/ordenação de sêmen.....</td> <td style="text-align: right;">5.450,84</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equipamentos p/conservação de sêmen.....</td> <td style="text-align: right;">13.506,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Propriedades rurais.....</td> <td style="text-align: right;">116.074,76</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratores e implementos agrícolas.....</td> <td style="text-align: right;">53.184,13</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de oficina.....</td> <td style="text-align: right;">3.411,50</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sementes.....</td> <td style="text-align: right;">300,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Formação de culturas e pastagens-F. California.....</td> <td style="text-align: right;">131.040,21</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Formação de culturas e pastagens-F. Sacramento.....</td> <td style="text-align: right;">28.655,28</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas de organização e administração.....</td> <td style="text-align: right;">504.692,50</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas de implantação.....</td> <td style="text-align: right;">125.782,77</td> <td style="text-align: right;">1.311.597,55</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4">COMPENSAÇÃO</td> </tr> <tr> <td>Ações caucionadas.....</td> <td style="text-align: right;">300,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Banco da Bahia S.A. C/ F.C.T.S.....</td> <td style="text-align: right;">17.745,48</td> <td></td> <td style="text-align: right;">18.045,48</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: right; border-top: 1px solid black;">1.641.132,39</td> </tr> </table>	Móveis e utensílios.....	6.903,09			Ações de outras empresas.....	4.179,55			Depósitos e cauções.....	22,63			Equipamentos p/ordenação de sêmen.....	5.450,84			Equipamentos p/conservação de sêmen.....	13.506,00			Propriedades rurais.....	116.074,76			Tratores e implementos agrícolas.....	53.184,13			Equipamentos de oficina.....	3.411,50			Sementes.....	300,00			Formação de culturas e pastagens-F. California.....	131.040,21			Formação de culturas e pastagens-F. Sacramento.....	28.655,28			Despesas de organização e administração.....	504.692,50			Despesas de implantação.....	125.782,77	1.311.597,55		COMPENSAÇÃO				Ações caucionadas.....	300,00			Banco da Bahia S.A. C/ F.C.T.S.....	17.745,48		18.045,48				1.641.132,39
DISPONÍVEL																																																																																																																																									
Caixa.....	730,01																																																																																																																																								
Bancos c/depósitos.....	4.630,81	5.360,82																																																																																																																																							
REALIZÁVEL																																																																																																																																									
Almoxeado.....	19.915,59																																																																																																																																								
Rebanho bovino- Fazenda California.....	215.570,00																																																																																																																																								
Rebanho bovino- Fazenda Sacramento.....	54.775,00																																																																																																																																								
Contas correntes.....	11.468,45	301.729,04																																																																																																																																							
VINCULADO																																																																																																																																									
Depósito BNB-Art.34/18..		4.399,50																																																																																																																																							
IMOBILIZADO																																																																																																																																									
Obras preliminares.....	11.635,72																																																																																																																																								
Edificações principais e secundárias.....	176.405,83																																																																																																																																								
Instalações hidráulicas.....	5.180,29																																																																																																																																								
Máquinas, aparelhos e equipamentos nacionais...	12.126,26																																																																																																																																								
Máquinas, aparelhos e equipamentos estrangeiros.....	12.098,22																																																																																																																																								
Veículos.....	100.947,97																																																																																																																																								
Móveis e utensílios.....	6.903,09																																																																																																																																								
Ações de outras empresas.....	4.179,55																																																																																																																																								
Depósitos e cauções.....	22,63																																																																																																																																								
Equipamentos p/ordenação de sêmen.....	5.450,84																																																																																																																																								
Equipamentos p/conservação de sêmen.....	13.506,00																																																																																																																																								
Propriedades rurais.....	116.074,76																																																																																																																																								
Tratores e implementos agrícolas.....	53.184,13																																																																																																																																								
Equipamentos de oficina.....	3.411,50																																																																																																																																								
Sementes.....	300,00																																																																																																																																								
Formação de culturas e pastagens-F. California.....	131.040,21																																																																																																																																								
Formação de culturas e pastagens-F. Sacramento.....	28.655,28																																																																																																																																								
Despesas de organização e administração.....	504.692,50																																																																																																																																								
Despesas de implantação.....	125.782,77	1.311.597,55																																																																																																																																							
COMPENSAÇÃO																																																																																																																																									
Ações caucionadas.....	300,00																																																																																																																																								
Banco da Bahia S.A. C/ F.C.T.S.....	17.745,48		18.045,48																																																																																																																																						
			1.641.132,39																																																																																																																																						

PASSIVO

<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2">INEXIGÍVEL</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social.....</td> <td style="text-align: right;">1.256.847,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal.....</td> <td style="text-align: right;">2.797,65</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundo reserva especial.....</td> <td style="text-align: right;">1.106,7</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro à disposição da Assembleia Geral.....</td> <td style="text-align: right;">16.626,68</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva de giro para aumento de capital.....</td> <td style="text-align: right;">24.705,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundo de depreciação.....</td> <td style="text-align: right;">38.234,66</td> <td style="text-align: right;">1.311.776,76</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">EXIGÍVEL</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Credores em c/correntes.....</td> <td style="text-align: right;">127.557,78</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Credores por Investimentos-Arts. 13/13.....</td> <td style="text-align: right;">50.000,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Duplicatas a pagar.....</td> <td style="text-align: right;">7.185,98</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	INEXIGÍVEL				Capital social.....	1.256.847,00			Reserva legal.....	2.797,65			Fundo reserva especial.....	1.106,7			Lucro à disposição da Assembleia Geral.....	16.626,68			Reserva de giro para aumento de capital.....	24.705,00			Fundo de depreciação.....	38.234,66	1.311.776,76		EXIGÍVEL				Credores em c/correntes.....	127.557,78			Credores por Investimentos-Arts. 13/13.....	50.000,00			Duplicatas a pagar.....	7.185,98			<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>Empréstimos agrícolas.....</td> <td style="text-align: right;">72.500,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Créditos de acionistas p/aumento de capital.....</td> <td style="text-align: right;">10.058,81</td> <td style="text-align: right;">267.302,57</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4">PENDENTE</td> </tr> <tr> <td>Recetas diferidas.....</td> <td></td> <td style="text-align: right;">15.466,58</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4">COMPENSAÇÃO</td> </tr> <tr> <td>Caução da Diretoria.....</td> <td style="text-align: right;">300,00</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....</td> <td style="text-align: right;">17.745,48</td> <td></td> <td style="text-align: right;">18.045,48</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: right; border-top: 1px solid black;">1.641.132,39</td> </tr> </table>	Empréstimos agrícolas.....	72.500,00			Créditos de acionistas p/aumento de capital.....	10.058,81	267.302,57		PENDENTE				Recetas diferidas.....		15.466,58		COMPENSAÇÃO				Caução da Diretoria.....	300,00			Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	17.745,48		18.045,48				1.641.132,39
INEXIGÍVEL																																																																													
Capital social.....	1.256.847,00																																																																												
Reserva legal.....	2.797,65																																																																												
Fundo reserva especial.....	1.106,7																																																																												
Lucro à disposição da Assembleia Geral.....	16.626,68																																																																												
Reserva de giro para aumento de capital.....	24.705,00																																																																												
Fundo de depreciação.....	38.234,66	1.311.776,76																																																																											
EXIGÍVEL																																																																													
Credores em c/correntes.....	127.557,78																																																																												
Credores por Investimentos-Arts. 13/13.....	50.000,00																																																																												
Duplicatas a pagar.....	7.185,98																																																																												
Empréstimos agrícolas.....	72.500,00																																																																												
Créditos de acionistas p/aumento de capital.....	10.058,81	267.302,57																																																																											
PENDENTE																																																																													
Recetas diferidas.....		15.466,58																																																																											
COMPENSAÇÃO																																																																													
Caução da Diretoria.....	300,00																																																																												
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	17.745,48		18.045,48																																																																										
			1.641.132,39																																																																										

São Gonçalo do Amarante, 29. fevereiro.1972

NILTON PESSOA DE PAULA, Diretor Presidente - LEONIDAS FERREIRA DE PAULA, Diretor Financeiro - MARIA NEUSA FERREIRA DE PAULA, Diretor Secretário - MANOEL LUIZ ANDRADE, Tec. cont. reg. CRC/RN sob nº 1.016 - CPF 056029714

Balanço transcrito as fls. 253/254 do Livro Diário Copiativo nº 3, registrado na Junta Comercial do Estado em 25.02.66 sob nº

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 29.FEVEREIRO.1972

HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
RECEITAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS			CUSTEIO DE TRATORES		
Saldo d/conta.....		44.235,48	Idem.....	8.193,96	
RECEITAS TÉCNICAS PASTORIS			CUSTEIO DE MOTORES		
Idem.....		269.179,47	Idem.....	4.879,48	
RECEITAS TÉCNICAS DE VEÍCULOS			CUSTOS COMPLEMENTARES		
Idem.....		29.385,11	Idem.....	30.250,68	
RECEITAS TÉCNICAS DE TRATORES			CUSTOS EXTRA-OPERACIONAIS		
Idem.....		8.054,67	Idem.....	11.500,00	
RECEITAS EVENTUAIS			DEPRECIÇÃO		
Idem.....		12.522,71	Idem.....	38.234,66	
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS			DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO		
Idem.....		794,88	RESERVA LEGAL.....	282,95	
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS			RESERVA ESPECIAL.....	282,95	
Idem.....	11.037,86		GRATIFICAÇÃO DA DIRETORIA.....	1.131,81	
CUSTO DE DIVERSAS CULTURAS			LUCRO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	3.961,35	
Idem.....	19.447,36			5.859,06	
CUSTOS TÉCNICOS PASTORIS				364.172,32	364.172,32
Idem.....	206.339,91				
CUSTEIO DE VEÍCULOS					
Idem.....	28.629,33				

São Gonçalo do Amarante, 29. fevereiro.1972

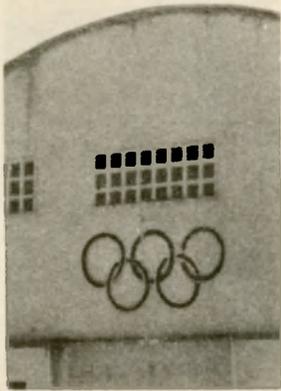
NILTON PESSOA DE PAULA, Diretor Presidente - LEONIDAS FERREIRA DE PAULA, Diretor Financeiro - MARIA NEUSA FERREIRA DE PAULA, Diretor Secretário - MANOEL LUIZ ANDRADE, Tec. cont. reg. CRC/RN sob nº 1.016 - CPF 056029714

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de NILTON PESSOA DE PAULA AGRO-PECUARIA S.A. - NIPPASA, tendo examinado e a critério, Balanço Geral, demonstração da conta "Lucros e Perdas" e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 29. fevereiro.1972, encontrando tudo na mais perfeita ordem, são de PARECER que os mesmos sejam aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

São Gonçalo do Amarante, 24. junho.1972

MUCIO VILLAR RIBEIRO DANTAS
WALDOMIRO DA FONSECA E CUNHA
JOÃO MARIA KUURIGUES



Um esforço quase inútil

Esporte amador do RN

O esporte amador do Rio Grande do Norte vai mal: O fato não poderia acontecer no Estado do Norte/Nordeste que possui o maior número de ginásios esportivos, entre os quais - Palácio dos Esportes, Sylvio Pedroza, Noilde Ramalho, Maristão, Madre Fidelis, Salesiano Jessé Freire, Ginásio São Luiz e Escola Guararapes.

- Por que isto acontece ?

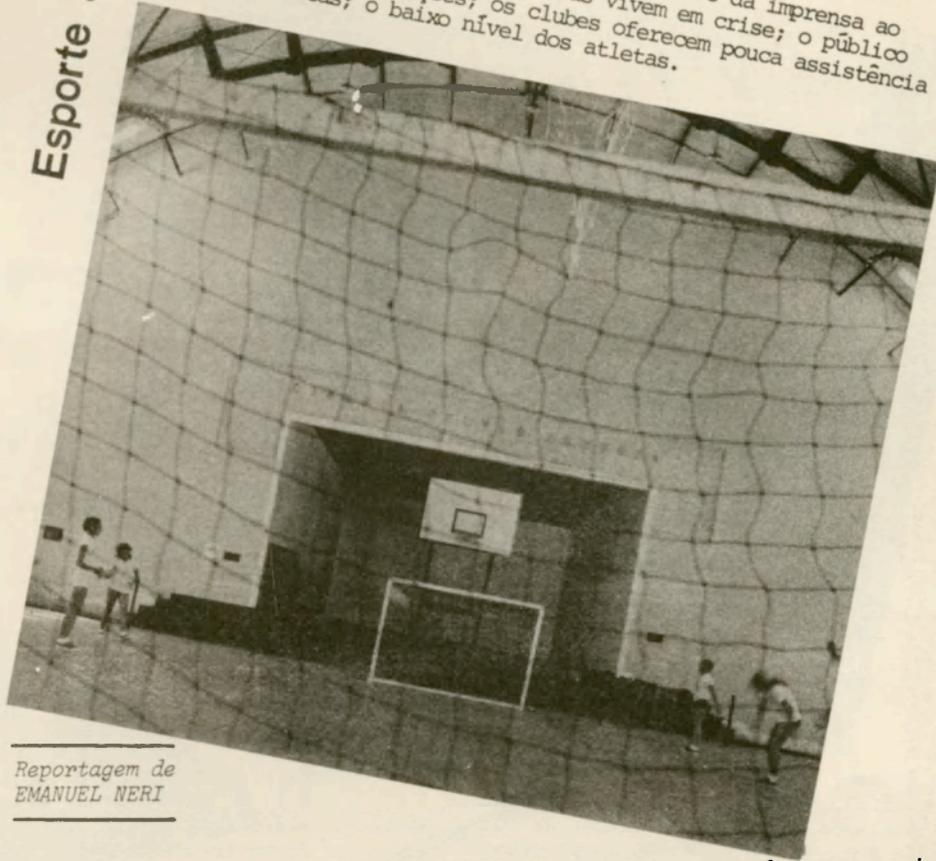
A explicação se diversifica: falta incentivo da imprensa ao amadorismo; as federações esportivas vivem em crise; o público não prestigia as promoções; os clubes oferecem pouca assistência aos seus atletas; o baixo nível dos atletas.

A maioria dos jogos realizados no Palácio dos Esportes não atinge a taxa mínima exigida pela FENAT, Cr\$30,00.

A informação do próprio administrador do ginásio, revelando que o único esporte que ainda consegue levar bom público, é o Futebol de Salão. As decisões de ABC X América podem chegar até aos Cr\$5.000,00.

Já o Basquetebol e o Voleibol não levam público, mesmo nas festas de torneio início, pois as rendas não atingem Cr\$20,00. A taxa mínima do Palácio dos Esportes é a seguinte: -Cr\$15,00 por hora de energia e mais 10% sobre a renda, em caso de ultrapassar os Cr\$300,00. Se inferior, a administração cobra apenas Cr\$30,00.

O basquetebol potiguar já foi vice-campeão brasileiro em 1962, terceiro colocado em 1965; o futebol de salão já conseguiu dois terceiros lugares nos campeonatos nacionais de 1961 e 1963 e vice-campeonato da Taça Brasil em 1970, além de muitos títulos de campeão do Norte/Nordeste. Agora, infelizmente, ficamos entre os últimos classificados, quer seja no volei, no basquetebol ou no futebol de salão. O esporte amador é mantido e dirigido pelas Federações de Basquetebol (FNB), Voleibol (FNV), Futebol de Salão (FNFS) e a Aquática de Natal (FAN), que apesar de sua fundação ter como objetivo a vitória do esporte aquático do Estado, só conseguiu



Reportagem de EMANUEL NERI

promover algumas competições.

DO BASQUETEBOL

O Basquetebol é quem está sofrendo a maior crise. O seu presidente Djalma Madeiro, não conta com o prestígio das diretorias do América e AABB, que chegaram a retirar suas equipes do campeonato, pela reeleição do Presidente da FNB este ano. Restrita apenas ao Santa Cruz, a Federação não promoveu o campeonato de 1971 e a mesma coisa poderá acontecer em 1972. Desprestigiado por estes dois clubes, Djalma Madeiro partiu para a realização de um campeonato inter-colegial. Foi esta a única competição de caráter local, patrocinada pela FNB, conseguindo apontar alguns bons atletas,

mas sem nenhuma influência no soerguimento do esporte. A FNB promoveu um torneio regional "Copa Sesquicentenária", contando com a participação de várias equipes do Nordeste, numa tentativa de recuperar o tempo perdido, assim como reajustar as amizades entre Federação e Clubes. Também pretende realizar uma melhor de três entre América e AABB, onde seria escolhido o representante do RN na próxima Taça Brasil.

SOBRE O VOLEIBOL

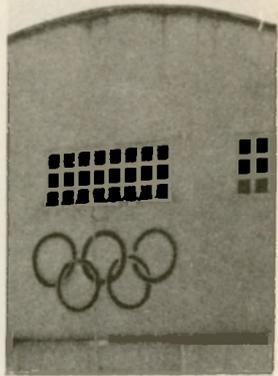
Não possuindo nenhum título de orgulho para o Estado, a FNV é atuante. Seu Presidente José Joacy Bastos realiza competições e campeonatos anuais, além de levar representações a

qualquer competição nacional. Sem nunca ter conseguido um 1º lugar ou até mesmo classificação, o seu Presidente está satisfeito porque "colhemos muita experiência em todos os campeonatos que participamos". Cinco clubes: ABC, América, Centro Esportivo Feminino e Asteca, fazem parte da FNV e no campeonato de 1971, o América ganhou todas as modalidades. A Federação inicia agora, as disputas para 1972 e o seu presidente garante a participação, quase em dobro, do número de clubes. A FNV realizou em Natal a Copa Norte/Nordeste de Voleibol, em 1971, trazendo mais de dez clubes nordestinos, com suas equipes masculinas e femininas; patrocinou a vinda do Yachica

BASQUETE NA MAIOR CRISE
 VOLEI ATUANTE MAS SEM CLASSIFICAÇÃO
 REMO E NATAÇÃO AFOGADOS NO DESINTERESSE



FUTEBOL DE SALÃO NÃO É MAIS AQUELE



Volley-ball Team, do Japão (campeão mundial), fazendo com que, dias após, a FNB apresentasse o internacional Globe Throtrs.

FUTEBOL DE SALÃO

Das três federações existentes, a FNFS é a que consegue maior movimentação e maiores rendas. A Federação tem oito filiados: ABC, América, Santos, Alexandrino, Santa Cruz, Tirol, Alecrim e ASSEN. Conta também com diversas ligas em subúrbios natalenses e pelo interior, o que lhe dá um total de quase dois mil atletas filiados. Por irregularidade na administração passada, a FNFS esteve recentemente sob a intervenção da CBD, tendo a frente o Capitão Cleantho Homem de Siqueira, que pagou as dívidas deixadas pela administração passada. Apesar dos bons resultados conquistados em Natal, a seleção norte-riograndense de

futebol de salão não mais repete a atuação de outros anos. No Campeonato Brasileiro de 1971, ao lado de Pernambuco, ficamos com a lanterninha. O América participou em Recife da Taça Brasil, não conseguindo chegar as finais.

NATAÇÃO E REMO

Fundada há dois anos, com objetivo de incentivar o esporte aquático, a Federação Aquática de Natal (FAN) é presidida por José Gurgel Guarã, porém os seus estatutos ainda não foram levados a cartório. Foi criada, principalmente, para dirigir a natação, o remo e a vela. O desinteresse que cerca a FAN é tão grande, que até mesmo as regatas, promovida há mais de meio século no rio Potengi, foram interrompidas. Antes as regatas eram patrocinadas pela

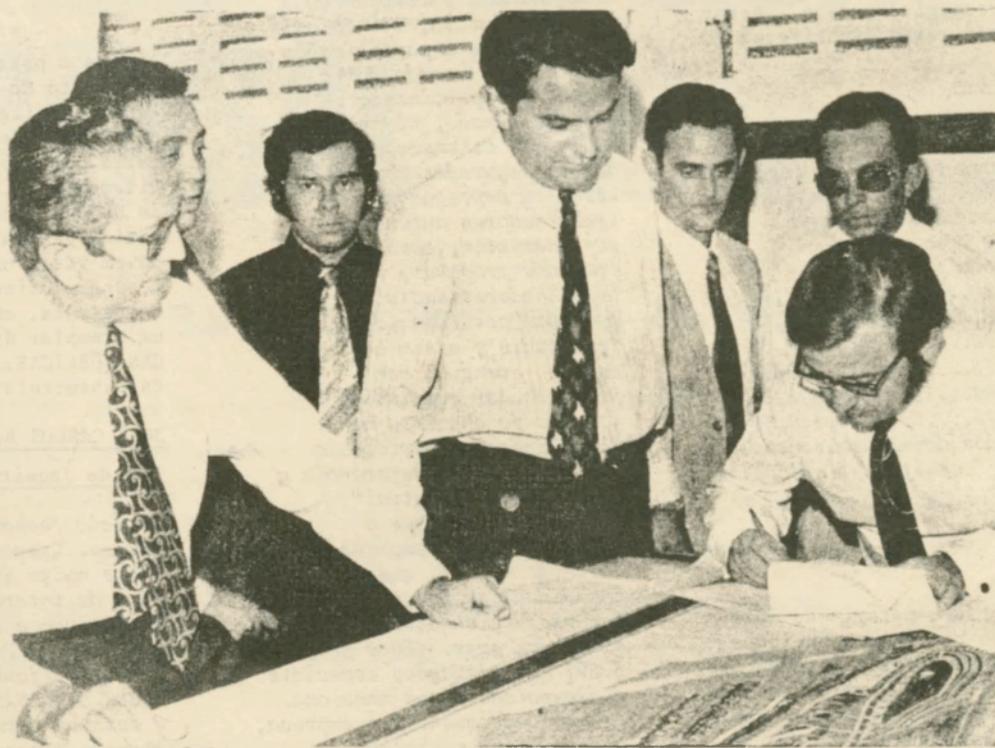
Federação Norteriograndense de Desportos, mas foram transferidas para a FAN. A natação é um dos esportes que sofrem mais as consequências da falta de uma federação: ABC, América e Cobana, e proximamente a AABB, possuem as suas equipes de natação, mas limitam-se a participar de disputas, convidando clubes de outros Estados. Por incrível que pareça, quem promoveu a única prova oficial - travessia da lagoa do Bonfim -, foi o Clube dos Caçadores de Natal. Apesar disso, os clubes continuam treinando os seus atletas (alguns até mesmo recordistas do Nordeste), para competir com os clubes que vêm a Natal.

PEDESTRIANISMO E CICLISMO

Os cronistas esportivos são os responsáveis por grande parte da movimentação de pedestrianismo.

Realizam a Prova 21 de Abril, em homenagem à Polícia Militar, com atletas de todo o Nordeste, a Corrida da Fogueira e a Preliminar de São Silvestre. O pedestrianismo, com o esforço pessoal de Luiz Cabral de Souza, é que tem dado as recentes glórias ao Rio Grande do Norte. Na última competição internacional de São Silvestre, Luiz Cabral classificou-se em quarto lugar, tendo direito a integrar a equipe brasileira formada pelos melhores atletas, que participará da São Silvestre deste ano. O RN possui títulos de competições realizadas no Norte e Nordeste. O ciclismo é um dos mais fracos. Tem somente dois clubes: Ciclistas de Natal e Santa Cruz e o título de campeão do Circuito da Lagoa, em João Pessoa, considerado a maior prova de ciclismo do Nordeste.

aqui começaram
a surgir novas luzes para o
esporte do **RN**



O governador Cortez Pereira e o prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues assinaram contrato com a CIA. J. THOMÉR DE SABOYA COMÉRCIO E ENGENHARIA para implantação das estações abaixadoras e elevadoras do Estádio. Então, a mais moderna técnica de iluminação foi instalada no Colosso de Lagoa Nova, oferecendo as melhores condições para atletas e expectadores. Não é à toa que se diz que nosso Estádio trouxe novas luzes para o esporte do RN.



**CIA. J. THOMÉR DE SABOYA
COMÉRCIO E ENGENHARIA**
representante em natal: **F. BEZERRIL**

P. BEZERRA QUER SABER OS RESULTADOS DA LOTECA.

IVAN QUEIRÓS PEDE DIVULGAÇÃO PARA INSTRUÇÕES DO INPS.

JOSÉ CARLOS PROPÕE UMA PERMUTA A RN-ECONÔMICO.



"Sou leitor-assinante de RN-ECONÔMICO e vi, por exemplo, a última reportagem que os senhores publicaram sobre a Loteria Esportiva. Achei muito interessante o artigo, principalmente porque não se limitou apenas ao lado econômico-financeiro, mas chegou-se até a colocação de alguns aspectos psicológicos... No entanto, gostaria de saber, se for possível, qual o resultado - em cruzeiros - que a Loteria tem obtido em Natal. Pelo tamanho das filas que tenho presenciado, deve estar correndo muito dinheiro, não?"

P. BEZERRA

Natal (RN)

Sim, sim. Tem muito dinheiro correndo, senhor Bezerra. Mais exatamente, seguem aqui as apurações dos concursos 90 a 95:
Teste 90...Cr\$ 105.677,29
Teste 91...Cr\$ 147.517,18
Teste 92...Cr\$ 180.465,83
Teste 93...Cr\$ 180.189,42
Teste 94...Cr\$ 137.005,61
Teste 95...Cr\$ 132.630,89.
Os saldos acima apresentados são do "resultado líquido". A fonte é a Caixa Econômica.

"... por ser matéria do interesse do comércio e da indústria, a assessoria de relações públicas do INPS no Estado, solicita a divulgação por parte dessa revista".

IVAN QUEIRÓS DE OLIVEIRA

Natal (RN)

Concordamos com o interesse referido. Examinamos a matéria, senhor Ivan. Seguem - na íntegra - as instruções da Coordenação de Arrecadação e Fiscalização:

"1 - O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, no conhecimento de publicações definindo categorias de segurados e não-segurados do Instituto, que não encontrem qualquer apoio na legislação em vigor, faz saber:
a) são segurados obrigatórios os titulares da firma individual, sócios e diretores e os que exercem atividades como empregados, avulsos e autônomos, observadas as disposições do art. 6º do Regulamento Geral da Previdência Social (RGPS);
b) são segurados facultativos

os empregados domésticos e os religiosos (art. 8º do RGPS);
2 - O prejudicado contido na Portaria MTFS nº 3107, de 7 de abril de 1971, definiu os trabalhadores avulsos como sendo, além dos integrantes das demais categorias profissionais ali mencionadas, os da orla marítima e portuária, cuja prestação de serviço é promovida por intermédio e indicação da respectiva entidade de classe, por meio da qual tem assegurada a percepção do Salário-Família, 13º Salário, das férias e a participação no FGTS, de acordo com a legislação pertinente.
3 - Deste modo, tirante os avulsos e os empregadores, os demais segurados obrigatórios serão ou empregados ou trabalhadores autônomos.
4 - Inexistem, como se pretende propalar, trabalhadores excluídos da proteção previdenciária, os "eventuais", assim confundindo serviço eventual com o "trabalhador eventual".
5 - Não se encontra na legislação da Previdência Social qualquer referência a "trabalhador eventual", convindo frisar que o "eventual" está expressamente definido na CLT, que os individualiza como "empregados-substitutos", ex-vi dos arts. 450 e 475, § 2º, nas situações especiais e excepcionais que menciona.
6 - Em consequência à empresa, que utilizar trabalhador autônomo que nesta qualidade lhe preste serviço, cumpre observar ao emitir o recibo de pagamento pelos serviços prestados, que dele constem para fins de exibição à Fiscalização do Instituto e em prejuízo do exame da procedência do recolhimento das contribuições na forma do Decreto-Lei n. 959, de 13 de outubro de 1969;
a) nome e endereço do prestador do serviço;
b) natureza do trabalho prestado, e
c) número de inscrição no INPS.
6.1 - Se o trabalhador autônomo ainda não tiver promovido sua inscrição, emitir o recibo em 2 (duas) vias, fazendo dele constar:
a) nome e endereço do prestador do serviço;
b) natureza do serviço prestado;
c) período trabalhado, e
d) a anotação: "Não inscrito no INPS".
6.2 - A 2ª. via do recibo,

no caso, será sempre entregue ao prestador do serviço e servirá de prova do exercício habitual da atividade quando for requerer sua inscrição no Instituto, obedecidas as instruções que a regulam.
7 - Conforme dispõe o art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei n. 959/69, a contribuição da empresa obedecerá ao limite anual de doze vezes o maior salário-base da categoria profissional.
7.1 - Inexistindo salário-base fixado, o referido limite corresponderá a vinte e quatro salários-mínimos regionais (Resolução CD/DNPS nº 876, de 14 de dezembro de 1967, item II, alínea "d").

"Temos o prazer de acusar o recebimento da publicação RN-ECONÔMICO, mui gentilmente enviada por V. Sas. a esta Subsecretaria, e na oportunidade solicitamos examinar a possibilidade de que a mesma nos seja remetida regularmente (...) Tendo em vista uma retribuição e o estabelecimento de um regime de permuta, enviamos, em anexo, um exemplar da revista FINANÇAS PÚBLICAS, editada por esta Subsecretaria".

JOSÉ CARLOS B. DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro (GB)

Negócio fechado, senhor José Carlos. Queremos a permuta. Temos muito interesse nesse tipo de intercâmbio, e já o efetivamos com outras revistas do País. Recebemos o nº 307 (janº e fevº de 1972) de FINANÇAS PÚBLICAS e estamos estudando - com atenção especial - o trabalho de Fernando Reis sobre "O ICM e os Desníveis Regionais". O ICM é um alvo atual de preocupação de 57 indústrias norte-riograndenses que aqui gozam de sua isenção, mas que estão ameaçadas de perdê-la.
RN-ECONÔMICO já se dedicou ao tema mais de uma vez e agora volta a abordá-lo, às páginas 6-7-8 desta edição. Salvo melhor juízo, acreditamos que as declarações dos diretores das pequenas indústrias de confecções de Natal possam servir - ao menos - de informação ao articulista Fernando Reis, que teria assim mais um exemplo concreto a considerar.

CARTAS PARA
EDITORA RN-ECONÔMICO LTDA.
RUA PRINCESA ISABEL, 670-
NATAL (RN)

FAM* *Seu lucro
tamanho família!*

* **FUNDO DE APLICAÇÃO
MENSAL**

SEU **FAM** É UM PLANO DO
FUNDO RIQUE DE VALORIZAÇÃO

administrado pelo **Banco Campina Grande de Investimento S.A.**

O Fundo Rique de Valorização juntará seu dinheiro com o de milhares de outros cotistas, para aplicar em ações das empresas mais prósperas do Brasil, proporcionando a você lucro crescente.

Seu Fam acabou com o problema da escolha em investimentos a longo prazo. A solução perfeita para quem não tem agora um dinheirão. . . mas quer ter um dia.

E além de dar lucro, seu FAM lhe presenteia com três seguros.

**FUNDO RIQUE
DE VALORIZAÇÃO**

Av. Hermes da Fonseca, 554 - Natal

Administrado pelo



**Banco Campina Grande
de Investimento S.A.**





NÃO JOGUE FORA SEU FUSCÃO

Guarde suas notas de compra.
Cada conjunto de Cr\$ 50,00 em notas fiscais
e cupons de caixa registradora vale um talão.
E seu talão vale um fuscão.
Quem é que joga tudo isso fora?

Secretaria da Fazenda do Governo do Rio Grande do Norte.

POSTOS DE TROCA:

Praça Augusto Severo, Praça João Maria

Praça Gentil Ferreira, Mini-Preço Tirol

e Mini-Preço Alecrim.